



CRP
RS
CONSELHO REGIONAL
DE PSICOLOGIA
DO RIO GRANDE DO SUL

Ano XI
Número 56
Jul-Dez 2011

entre linhas

**Impresso
Especial**

9912211301/2008 - DR/RS
Conselho Regional de
Psicologia 7ª Região

...CORREIOS...



Av. Protásio Alves, 2854
Porto Alegre - RS
CEP 90410-006

INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE

A sociedade e o Estado brasileiro têm uma dívida histórica com relação às ações dirigidas a crianças, adolescentes e jovens. Buscando estimular o debate sobre novas possibilidades neste campo, o CRPRS apresenta nesta edição do jornal EntreLinhas uma série de reflexões sobre o papel da Psicologia na defesa dos direitos de crianças, adolescentes e jovens.

Comemoramos em agosto os 49 anos de regulamentação da profissão de psicólogo no território brasileiro, criada pela Lei nº 4.119/62. No Rio Grande do Sul, somos 15 mil profissionais inscritos no CRPRS, atuando em diferentes áreas conquistadas ao longo destes anos. Utilizamos métodos e técnicas reconhecidas para o diagnóstico e tratamento de situações que produzem sofrimento psíquico em contextos individuais, grupais e/ou institucionais e na promoção da saúde mental, valorizando o compartilhamento de saberes entre as diferentes áreas do conhecimento na busca da integralidade do cuidado.

Este número do jornal Entrelinhas aborda questões relacionadas à temática central de crianças, adolescentes e jovens. A sociedade brasileira e o Estado têm uma dívida histórica com relação às ações dirigidas a crianças e adolescentes, que por mais de um século estiveram circunscritas a um ideário de proteção que, contraditoriamente, redundou na construção de um modelo de assistência profundamente institucionalizante. Nossa Carta Magna, em seu artigo 227, afirma a condição cidadã de crianças e adolescentes, assegurando-lhes “o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. No rastro da Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente também reafirma a condição de sujeitos de direitos tributada a crianças e adolescentes.

Em que pese a importância da regulamentação constitucional neste campo, as mudanças necessárias não estão dadas. É fundamental um esforço articulado e intersetorial, que busque consolidar um novo modelo de assistência dirigido a crianças e adolescentes, tomados como sujeitos de direitos e de responsabilidades, não mais como deficientes.

Para jogar luz sobre diferentes aspectos desta temática, convidamos a colaborar com este número profissionais que trabalham na clínica, na academia e nas políticas públicas. Além da temática principal, este Entrelinhas traz, entre outras, notícias sobre o Projeto de Lei da jornada de 30 horas para psicólogos, as atividades comemorativas ao Dia do Psicólogo realizadas pelo CRPRS no mês de agosto e um Manifesto produzido pelo CFP sobre o tratamento de usuários de álcool e outras drogas.

Desejamos a todos (as) uma boa leitura!

Publicação trimestral do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Presidente: Vera Lúcia Pasini

Vice-presidente: Vania Roseli Correa de Mello

Tesoureira: Alexandra Maria Campelo Ximendes

Secretária: Loiva dos Santos Leite

Conselheiros: Vera Lúcia Pasini, Loiva Leite, Vania Roseli Correa de Mello, Dirce Terezinha Tatsch, Maria de Fátima B. Fischer, Alexandra Maria Campelo Ximendes, Vivian Roxo Borges, Adolfo Pizzinato, Luciana Knijnik, Elisabeth Mazon Machado, Roberta Fin Motta, Thêmis Bárbara Antunes Trentini, Sinara Cristiane Tres Soares, Tatiana Baierle, Leda Rubia C. Maurina, Pedro José Pacheco, Deise Rosa Ortiz, Nelson Eduardo E. Rivero, Rafael Volski de Oliveira, Melissa Rios Classen, Rosa Veronese, Vânia Fortes de Oliveira, Janaína Turcato Zanchin, Lutiane de Lara, Bianca Sordi Stock, Daniela Deimiquei.

Comissão Editorial: Janaína Zanchin, Luciana Knijnik e Lutiane Lara.

Jornalistas Responsáveis:

José Antônio Leal – Mtb 10375

Aline Victorino – Mtb 11602

Estagiária de Jornalismo: Bruna Arndt

Redação: Aline Victorino, Belisa Giorgis, Bruna Arndt, José Antônio Leal

Relações Públicas:

Belisa Zoehler Giorgis / CONRERP/4 – 3007

Eventos: Adriana Burmann

Comentários e sugestões: comunicacao@crprs.org.br

Endereços CRPRS:

Sede – Porto Alegre: Av. Protásio Alves, 2854/301

CEP: 90410-006 – Fone/Fax: (51) 3334-6799

crprs@crprs.org.br

Subsede Caxias do Sul: Rua Moreira Cesar, 2712/33

CEP: 95034-000 – Fone/Fax: (54) 3223-7848

caxias@crprs.org.br

Subsede Pelotas: Rua Félix da Cunha, 772/304

CEP: 96010-000 – Fone/Fax: (53) 3227-4197

pelotas@crprs.org.br

Projeto Gráfico e Diagramação:

Tavane Reichert Machado

Imagem de capa: Artis & Szelmek | Istockphoto

Impressão: Ideograf

Tiragem: 16.000 exemplares

Distribuição gratuita



Cadastre-se no site para receber a newsletter
www.crprs.org.br

Matérias de capa

05 A 21 **INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA
E JUVENTUDE**

Estatuto da Criança e do Adolescente: da conquista à efetivação

Marilu Goulart

Entre a cruz da patologia e a espada da moral: uma breve discussão sobre o que é o “jovem em conflito com a lei”

Andrea Scisleski

Implicações da Psicologia no fortalecimento das Políticas Públicas para Infância, Adolescência e Juventude

Equipe CREPOP

Resolução nº 010/2010 – O debate permanece

Sandra Maria Francisco de Amorim

A medicalização na infância e adolescência

Núcleo da Educação da Subseção CRPRS Serra

Estações de uma juventude em nós

Gislei Domingas

Juventudes e diversidade sexual: desafios para pensar a Psicologia como prática reflexiva da liberdade

Fernando Pocahy

Juventude e violência: uma associação natural?

22 **FISCALIZAÇÃO**

CRPRS apura irregularidades em comunidades terapêuticas do Estado

24 **CFP**

Manifesto público

13 razões para defender uma política para usuários de crack, álcool e outras drogas sem exclusão

26 **EMERGÊNCIAS E DESASTRES**

Debora Noal aborda atuação do psicólogo em situações de emergências e desastres

28 **DIA DO PSICÓLOGO**

Humor e irreverência na festa dos psicólogos

29 **FORMAÇÃO**

Comissão de Formação do CRPRS promove aproximação com cursos de Psicologia

30 **CREPOP**

O CREPOP em comunicação com a categoria

Esclarecimento

31 **DICA CULTURAL**

Sublimantes: Psicologia e Música

32 **COMUNIDADES INDÍGENAS**

Comunidades indígenas discutem seu papel na sociedade em evento no CRPRS

Avaliação

34 **SUBSEDES**

Subsede Serra - Caxias do Sul

Subsede Sul - Pelotas

Subsede Centro-Oeste - Santa Maria

36 **ORIENTAÇÃO**

CRPRS oferece serviço de orientação aos psicólogos

37 **ISONOMIA**

CRPRS reivindica isonomia na saúde

Fique em dia com o CRPRS

38 **50 ANOS**

50 anos de profissão

Exposição Itinerante

2ª Mostra

39 **MENSAGEM DO CRPRS**

40 **AGENDA**

Errata

Sumário, Jornal EntreLinhas, Ano XI, Número 55, Abril-Junho de 2011, página 3: A autora do texto “Qualificação da Avaliação Psicológica: critérios de reconhecimento e validação a partir dos Direitos Humanos” é a psicóloga Caroline Tozzi Reppold, conforme consta no artigo.

Esclarecimento

Edição Especial - Segundo Semestre de 2011

Por uma série de questões editoriais, esta edição do EntreLinhas está organizada com mais páginas e conteúdo. A edição do terceiro trimestre de 2011, que foi ampliada e integrada à última edição do ano, tem o tema “Infância, adolescência e juventude”. Nessa edição, também são resgatados os principais eventos promovidos pelo CRPRS nos últimos meses e são anunciados os preparativos para a comemoração dos 50 anos da regulamentação da profissão de Psicólogo no Brasil.

A partir da próxima edição, o EntreLinhas volta a ser publicado trimestralmente.

Boa leitura!

Estatuto da Criança e do Adolescente: da conquista à efetivação

Marilu Goulart¹

Ao completar mais um ano da regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) temos muitos motivos para comemorar esta conquista histórica de mudança de perspectiva. Passamos da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral. Neste sentido, a atenção estará centrada na criança e no adolescente e a compreensão da situação amplia-se para a família, o estado e a sociedade.

No entanto, não se trata exatamente de uma comemoração, pois nem tudo anda tão bem assim. Trata-se da afirmação de uma conquista que deve ser sempre lembrada no seu contexto tendo presente tudo o que aconteceu antes deste direito ser criado, pois apesar de termos um estatuto que assegura de forma integral e absoluta a proteção e garantia de direitos às crianças e adolescentes enquanto pessoas em desenvolvimento, estes 21 anos de ECA não têm sido suficientes para que a cultura da proteção seja predominante. Sabe-se que, apesar de sempre terem existido crianças, a invenção da infância se deu muito depois. Hoje podemos falar de infância no plural e ainda nos falta conhecer quais são estas infâncias, como são constituídas e quais suas perspectivas neste mundo de altíssima velocidade em que vivemos.

Ao Estado, cabe um grande desafio: fazer com que estas políticas supram as demandas e que estejam de acordo com as reais necessidades das crianças e adolescentes. Muito precisa ser feito. Principalmente no que diz respeito à integração entre elas, pois os serviços ainda estão aprendendo a trabalhar em rede e os gestores não têm garantido as diretrizes da intersectorialidade. Por sua vez a sociedade, de forma muito lenta, apreende as conquistas feitas pelos movi-

mentos sociais, demonstrando uma forte tendência a culpabilização dos jovens nas diferentes situações que se apresentam e, sem refletir profundamente sobre o assunto, vê na redução da idade penal uma forma de enfrentamento à violência sem reconhecer a sua própria responsabilidade quanto ao descumprimento e/ou falta de investimento nas leis que já estão asseguradas.

Como exemplo disto, percebe-se um fenômeno crescente de internações compulsórias de crianças e de adolescentes em função da dependência química. O direito à convivência familiar e comunitária previstos no ECA fica prejudicada, pois corre-se o risco de confundir o direito à proteção e cuidado com a negação destes direitos, quando a moral toma o lugar da ética e a internação torna-se punição, sem dar vez para que os maiores interessados participem do plano que se tem pra eles. Simplesmente é a saída mais fácil, ou a única saída: para que não morram, para que não matem, para que não incomodem, para que não sejam vistos, para que melhorrem, para quê? Este é o resultado de uma cultura que tende à institucionalização. Como consequência, regredimos à “Doutrina da Situação Irregular” já que tentamos resolver somente com foco no indivíduo aquilo que é claramente uma produção social.

Bem, o que fazer? Não sabemos. Sabe-se somente que não é nada cômodo este tensionamento constante, este estado de prontidão, mas é justamente o incômodo que nos impulsiona a intervir sempre que acharmos necessário. Acho importante citar um conceito trazido pelo filósofo Gilles Deleuze, que se não for interpretado de uma forma geral, como sendo uma oposição ao direitos constitucionais já garantidos, pode ser muito potente para fortalecer e ampliar aquilo que já se tem. Trata-se da

“jurisprudência”, termo que me dou o direito de aqui significá-lo como sendo o dever das leis. Para Deleuze, a importância da jurisprudência se dá por ser um movimento criador, a “forma não formal” com que as resoluções acontecem. Então, investir na jurisprudência tanto quanto na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, investir numa educação que priorize a autonomia e o pensamento, ao invés de somente na disciplina e obediência, acessar os serviços de proteção apesar das dificuldades, lembrando que estas dificuldades de trabalhar em rede nunca serão somente do outro, mas também nossas, pois parte de *relações* sendo este o significado de rede: relações, nas quais estaremos sempre implicados. Pode ser uma saída.

Quando lutamos por políticas públicas de qualidade é isto que estamos fazendo. Já estamos criando um movimento de jurisprudência que tenta fazer valer aquilo que ainda não existe e que a necessidade pede. Entrar em contato com nosso devir-criança talvez seja

o elo entre o mundo adulto que deveria proteger e cuidar e o mundo infanto-juvenil que descobre, inventa, sonha, se revolta, acredita, faz. Estes podem ser os dois sentidos da orientação que precisamos: o ECA e nosso devir-criança.

Por fim, é preciso dizer que este é um momento por demais importante para o profissional psicólogo, o qual reconfigura a sua prática psi, implicando-se nestes movimentos, arriscando-se, experimentando-se, fazendo enfrentamentos, compartilhando suas leituras da realidade e colocando-se de forma ética e lúcida tanto na defesa dos direitos já assegurados e que precisam ser constantemente garantidos, quanto na promoção dos espaços de cuidado, de pensamento e de investimento na autonomia dos sujeitos crianças, adolescentes e suas famílias.

1 Psicóloga, Mestre em Educação – Linha de pesquisa Filosofias da Diferença (UFRGS), Técnica Social do CRAS ILHAS/FASC – PMPA.

Por sua vez a sociedade, de forma muito lenta, apreende as conquistas feitas pelos movimentos sociais, demonstrando uma forte tendência a culpabilização dos jovens nas diferentes situações que se apresentam e, sem refletir profundamente sobre o assunto, vê na redução da idade penal uma forma de enfrentamento à violência sem reconhecer a sua própria responsabilidade de quanto ao descumprimento e/ou falta de investimento nas leis que já estão asseguradas.

Entre a cruz da patologia e a espada da moral: uma breve discussão sobre o que é o “jovem em conflito com a lei”

Andrea Scisleski¹

Falar sobre jovens em conflito com a lei é sempre um desafio. Um desafio porque é um tema que envolve estar diante de duas possibilidades que levam como efeito a diferentes caminhos. O primeiro deles aponta para a resolutividade da questão: um desajustamento de um comportamento social justificado pelas questões biológicas e genéticas em que uma medicação adequada possa tratar essa espécie de “doença da violência” que acomete alguns dos nossos adolescentes. O segundo caminho se refere a uma causalidade que aponta para uma certa imoralidade das famílias e instituições que acabam moldando o jovem em uma via criminal, onde não há como interromper um determinado desenvolvimento desse percurso marginal se não moralizarmos especialmente a família de onde se originam esses desajustados.

Ou seja, entre um discurso que aponta para os elementos biológicos da violência do jovem e outro que considera o jovem como efeito de uma indecência familiar, especialmente das camadas sociais pobres, parece, em ambos discursos, que as possibilidades de mudança no que tange à transformação desse jovem são muito poucas. Por que então esses discursos, que aparentemente se sustentam em campos teóricos distantes, um mais biológico e outro mais social, vão fechar o cerco diante da questão do jovem em conflito com a lei, apontando-o como responsável por si mesmo, seja por sua genética ou por sua origem familiar, parecendo, então, que não há tanto o que fazer? Casos sem soluções, histórias que levam a uma espécie de “beco sem saída”.

A meu ver, corremos um grande risco em promulgarmos uma eterna perpetuação desses “becos sem saída” em nos protegermos na comodidade desses discursos no que se refere a nós como profissionais da psicologia. Acredito que podemos romper um pouco com essas verdades sobre os

jovens – e especialmente sobre o determinismo implícito nesses discursos – se ao invés de nos debruçarmos sobre eles, nos metêssemos a fazer uma certa genealogia do que é essa categoria “jovem em conflito com a lei”. Isto é, não se trata de um grupo de pessoas que sempre existiu, mas que surgiu em um determinado momento, sustentado por determinados discursos e práticas. Nesse sentido, pensarmos como esse grupo surgiu, em que condições, a partir de quais ações, etc, nos faz criar um olhar diferenciado para abordar esse tema.

Pensarmos o jovem em conflito com a lei como uma categoria, e não como um termo usado diretamente para referenciar-se à história de vida de alguém em especial, remete a um certo coletivo de práticas que envolve um campo social largo, e não apenas os próprios jovens e seus familiares. Se tomarmos como uma categoria que se produz a partir de determinadas práticas, implicamos toda a sociedade no processo, e incluiremos aqui a produção da lei e do crime, das relações familiares, das avaliações periciais e das práticas de atendimento como parte da trama que tece um conjunto de ações e de pensamentos sobre o jovem em conflito com a lei, que extrapolam a vida do Fulano ou do Beltrano.

A minha proposta com esse pequeno texto é uma reflexão sobre nós e nossas práticas enquanto ações que contribuem na construção do que é um “jovem em conflito com a lei”, uma vez que é sobre essas ações que podemos desnaturalizar essa obviedade que faz do jovem em conflito com a lei um adulto criminoso e/ou um doente mental. Acredito que somente uma reflexão e mudança nos nossos fazeres é que poderão criar algumas brechas e alguns movimentos de saída nesses becos tão fechados, que faz com que enxerguemos os jovens em conflito com a lei apenas como jovens em conflito com a lei.

¹ Psicóloga (UFRGS), mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS) e doutora em Psicologia (PUCRS). Professora da URI/Campus Santiago.

Implicações da Psicologia no fortalecimento das Políticas Públicas para Infância, Adolescência e Juventude

Equipe CREPOP¹

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas desenvolve uma aproximação com a prática profissional do psicólogo nos diferentes campos das políticas públicas desde 2006. Para esta edição do *Entrelinhas*, o CREPOP realizou uma retomada das produções no campo da infância e da juventude, desenvolvendo uma reflexão sobre as implicações da Psicologia nas políticas públicas para esta população. Neste tema, é preciso ter presente que estamos dialogando com políticas transversais: Saúde, Educação, Assistência Social, Esporte, Diversidade Sexual, Justiça e Segurança Pública, campos pesquisados pelo CREPOP. Trataremos aqui de algumas questões que fizeram parte destas pesquisas e que apontam tanto para a efetivação de políticas nesta área, quanto para algumas de suas fragilidades.

Nesta aproximação, identificamos um contexto complexo e desafiador, pois assegurar direitos das crianças, adolescentes e jovens passa por efetivar ações em vários campos das políticas públicas, sendo que a ausência de políticas efetivas contribui para a manutenção de situações de violação de direitos e para a exposição de crianças e adolescentes à vulnerabilização das condições de vida. A Psicologia, ao longo de sua história como ciência e profissão no Brasil, vem buscando fortalecer sua responsabilidade ética e política para com a promoção da vida. As pesquisas realizadas pelo CREPOP sobre a atuação dos Psicólogos(as) em sua vinculação com as políticas voltadas para a infância e juventude fazem parte deste compromisso. Nesse sentido, inicialmente apontaremos algumas das fragilidades identificadas nas pesquisas, bem como indicaremos ferramentas para o enfrentamento e superação das mesmas.

A dificuldade de composição de um trabalho em rede intra e intersetorial é um dos grandes nós presentes no desenvolvimento das políticas públicas, tendo os serviços operados de forma fragmentada e descontínua. Essa desarticulação da rede de serviços ocorre também entre as áreas da atenção e da gestão, bem como entre as diferentes esferas de governo. Fica evidente a necessidade de efetivar esta articulação, visando dar conta dos múltiplos movimentos que demandam os planos de ação voltados para as situações problema identificadas e para cada caso concreto acompanhado.

A precarização das condições de trabalho dos profissionais envolvidos é outro fator fundamental na fragilização das políticas públicas. O CREPOP na sua aproximação com os campos de atuação profissional tem identificado espaços de trabalho deficitários, equipes incompletas e sobrecarga de trabalho. Os riscos decorrentes da substituição de uma rede própria por estratégias de terceirização resultam na alta rotatividade de profissionais e na ausência da garantia de manutenção do atendimento à população. Diante dessas condições, visibiliza-se um sentimento de impotência para atender as demandas da população, fator que contribui para a negligência e banalização das situações de violência presenciadas.

Por outro lado, nesse ano comemoramos os 21 anos de construção do ECA, e não podemos desconsiderar as conquistas nesse campo, decorrentes do mesmo.

Como importantes ferramentas para o enfrentamento da precariedade de implementação das políticas, apontamos a construção de propostas de trabalho interdisciplinar, intrasetorial e intersetorial como elemento fundamental de construção de soluções coletivas para a efetivação das políticas públicas.

Do mesmo modo, o exercício do Controle Social, com a presença da psicologia nos Conselhos de Direitos, é fundamental. Entre 2011 e 2012 serão realizadas 13 Conferências Nacionais, entre elas: Criança e Adolescente, Saúde, Assistência Social e Juventude. O desafio da Psicologia é ocupar de forma cada vez mais efetiva seu lugar nestas instâncias. Nesse sentido, indicamos a importância da afirmação permanente do compromisso social da profissão. As políticas públicas como campo de inserção profissional têm provocado mudanças na formação do Psicólogo(a) brasileiro(a), mas ainda precisa-se avançar na inserção do debate ético-político da Profissão, em oposição ao discurso da neutralidade, que prevalecia há algumas décadas atrás.

Estas poucas linhas não esgotam este tema, apenas abrem mais um canal de comunicação e articulação para que nos mantenhamos cada vez mais ativos e fortalecidos.

¹ Carolina dos Reis – Assessora Técnica CREPOP
Sílvia Giugliani – Assessora Técnica CREPOP
Vera Lúcia Pasini – Conselheira-Referência CREPOP

Resolução nº 010/2010 – O debate permanece

Sandra Maria Francisco de Amorim¹

Conforme a legislação brasileira, aos Conselhos de classe cabe, por delegação do Estado, regulamentar e fiscalizar para garantir a qualidade do trabalho que os profissionais a eles vinculados prestam à sociedade. Desta forma, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) por meio de Resoluções, cumpre com o objetivo de regulamentação do exercício profissional para que este ocorra de forma ética e competente, pautado em pressupostos técnicos e científicos. As Resoluções do CFP são construídas de forma democrática, em permanente diálogo com a categoria desde as suas bases e aprovadas na Assembleia de Políticas e Finanças (APAF), que é composta por representantes de todos os Conselhos Regionais (CRPs).

Como resultado de debates realizados por mais de quatro anos, envolvendo todos os CRPs, foi construída e publicada a Resolução 10/2010, que regulamenta a escuta psicológica de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência, na Rede de Proteção. Esta Resolução, pautada na Doutrina da Proteção Integral e na legislação da profissão, indica os princípios norteadores e esclarece os referenciais técnicos para a realização dessa escuta pela (o) psicóloga (o).

Cabe essa contextualização em especial neste momento, pois embora a construção da Resolução tenha sido democrática, o tema ainda gera conflitos por não haver consenso entre os profissionais de psicologia e nem entendimento por parte de alguns profissionais do Sistema de Justiça em relação à posição do CFP.

O centro da controvérsia está relacionado aos pressupostos da Resolução que vedam ao psicólogo o papel de “inquiridor”. O que para muitos profissionais parece óbvio (a inquirição não é tarefa de psicólogos), para outros foi criado um impasse (há que se atender a demanda do judiciário de produção de provas).

Em relação ao exercício profissional, o principal argumento do CFP baseia-se no fato de que a inquirição é um procedimento jurídico e não psicológico. Inquirir é interrogar com objetivo de produzir provas acerca de determinado fato.

Não se constitui, portanto, método ou técnica psicológica, o que fere o Código de Ética². Em muitos debates, constata-se a confusão entre “escuta psicológica” e inquirição. Conforme a nota publicada pelo CFP recentemente, a escuta psicológica caracteriza-se pelo cuidado que o profissional deve ter em atender às demandas daquele que sofreu o trauma de forma acolhedora e não invasiva. A escuta psicológica caracteriza-se, portanto, como uma relação de cuidado³.

Chamam nossa atenção dois argumentos de profissionais que defendem a inquirição de crianças com “novas roupagens”, a exemplo do “depoimento sem dano” (DSD). O primeiro deles é que, justifica-se a inquirição em salas especiais a partir da constatação de que a realidade “tal como está não deve ficar”. Isto é, a violência identificada nos procedimentos da justiça criminal revitimizam crianças e adolescentes, inquiridos sucessivas vezes durante o processo, revelam a perversidade do sistema e servem de respaldo para pensar a inquirição em outras bases. Ainda que também repudiemos os procedimentos até então utilizados, entendemos que não se pode “maquiar” realidade para criar estratégias de produção de provas, visando exclusivamente a punição do agressor. A análise de práticas ditas como inovadoras, a exemplo do DSD, revelam que é o interesse do adulto que continua se sobrepondo ao da criança.

Neste sentido, concordamos com a Procuradora de Justiça, a Dra. Maria Regina Fay de Azambuja quando afirma que “(...) para a Justiça Criminal, assim como foi para o abusador, a situação e o sofrimento da criança pouco importam, desde que possa, através da inquirição, produzir a prova que não foi buscada através de outros instrumentos técnicos disponíveis na contemporaneidade” (p.212)⁴. Há que se valorizar a prova técnica produzida por equipe interdisciplinar. O que se propõe é o exercício da interdisciplinaridade como estratégia de ação neste contexto, rompendo com práticas verticalizadoras e autoritárias que desrespeitam a autonomia de diferentes profissionais. A construção de um diálogo interprofis-

sional e interdisciplinar é tarefa daqueles que são técnica, ética e politicamente responsáveis, comprometidos com a defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Temos reiterado que a transformação de condutas cristalizadas em uma cultura é um grande desafio.

Outro argumento de defesa sobre a matéria remete-se ao direito que as crianças têm de se manifestar e serem ouvidas, conforme preconiza o Art. 12 da Convenção dos Direitos da Criança (CDC). Também defendemos intransigentemente a autonomia de crianças e adolescentes, mas questionamos se o direito de se expressar e de ser ouvida é a mesma coisa que ser inquirida, coagida a testemunhar, obrigada a falar, desrespeitando-se muitas vezes o seu tempo, que não é o mesmo tempo que o da Justiça. Ocorre que muitas vezes a criança é inquirida muito tempo depois do fato traumático. Neste sentido, se a criança passa a ser tratada apenas como “objeto” de produção de provas, questiona-se se ela está sendo respeitada como um “sujeito” de direitos. Sustentando a defesa da sua autonomia, entendemos que deve ser preservado o princípio do interesse superior da criança e assegurado também o seu direito de não falar. Mais que isso, devem ser respeitadas as condições subjetivas que muitas vezes as colocam sem condições de se expressarem sobre a violência vivida ou presenciada. Questiona-se também se os limites de idade têm sido considerados nestes contextos. Há que se pensar ainda que a dita “extração da verdade” por meio da inquirição é uma demanda processual que pode afetar gravemente o psiquismo da criança, especialmente pela condição peculiar de desenvolvimento em que se encontra e pela experiência traumática vivida. O que é a “verdade” para a criança? Sabe-se, por exemplo, que a maioria absoluta dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes são intrafamiliares, isto é, ocorre entre pessoas que mantêm algum vínculo afetivo ou social. O que significa para a criança passar de vítima a testemunha? Qual o impacto na sua vida intrapsíquica e intrafamiliar? Como preservar a dignidade sexual da criança ou adolescente se não garantimos os seus direitos? Como avaliar a sua disposição para se manifestar?

Além dessas reflexões e indagações, como ressaltado na nota do CFP, outros aspectos merecem destaque. Em lugar algum o ECA men-

ciona que crianças e adolescentes devam ser inquiridos judicialmente para produção antecipada de prova, seja como vítima ou testemunha. Da mesma forma, causa estranheza que, embora as “salas especiais” estejam sendo disseminadas no território brasileiro, essa matéria não foi objeto de discussão e deliberação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), órgão máximo do Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

Se no campo jurídico os dados referentes ao aumento da responsabilização têm sido considerados indicadores de sucesso das experiências, no campo da Psicologia não podemos afirmar o mesmo. Não existe nenhum dado, para além do aumento da penalização do agressor, que fale sobre o desdobramento na vida de crianças, adolescentes e suas famílias. O que houve com a criança depois? Quais as consequências da prisão do agressor? Como se deu o desenvolvimento psicossocial a partir de então?

Por fim, preocupa-nos imensamente que a ótica judicializante e fragmentada esteja predominando neste debate, em detrimento do discurso de proteção dos direitos de crianças e adolescentes. O trato da violência, pela sua complexidade, requer o diálogo entre vários saberes e deve ser pensado no âmbito do Sistema de Garantia de Direitos, na perspectiva da promoção, controle e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Confira o conteúdo da Resolução nº 010/2010 no link http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/resolucao2010_010.pdf

1 Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Cognição Humana) e da Faculdade de Psicologia da PUCRS, Psicóloga e fonoaudióloga, Doutora em Psicologia pela UFRGS e Pós-Doutoramento em Ciências Biomédicas pela Universidade de Montréal.

2 Art. 1º, alínea “c”, que aponta como um dos deveres do psicólogo “Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando **princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica**, na ética e na legislação profissional” (grifo nosso)

3 Disponível em: http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/noticias/noticiaDocumentos/Nota_sobre_a_Resolucao_CFP_nx_010-2010_x2x.pdf

4 FAY DE AZAMBUJA, M. R. Inquirição da Criança vítima de violência sexual: proteção ou violação de direitos? Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

A medicalização na infância e adolescência

Núcleo da Educação da Subsele Serra do CRPRS¹

Este trabalho tem como proposta convidar à reflexão sobre a relação que a sociedade contemporânea tem estabelecido quanto ao uso de medicamentos, muitas vezes inapropriado ou excessivo, principalmente em se tratando de crianças e adolescentes.

Segundo Foucault (1994), medicalização é um fenômeno produzido na construção do saber médico moderno. O poder da medicina para normatizar a vida social advém desta construção, que apresenta soluções da clínica médica para problemas que tem como principal causa as condições sociais e econômicas de vida. Assim, medicalização é o “processo que transforma artificialmente questões não médicas em problemas médicos” (ABRAPEE, 2009).

Na sociedade contemporânea, globalizada, competitiva e imediatista, cada vez mais pessoas buscam soluções instantâneas para resolver diferentes problemas, desencadeando efeitos alienantes do consumismo (inclusive de medicamentos) que, somados à necessidade de manter altos níveis de desempenho, ameaça o bem-estar das pessoas, necessitando de articulações dos “fazereres” dos profissionais na área da saúde.

A discussão da saúde na escola tem sido historicamente construída sob um discurso que explicita “garantir condições de saúde adequadas para a aprendizagem, reduzindo as taxas de evasão e repetência” (COLLARES; MOYSÉS, 1992). Desde a criação dos serviços de saúde na escola, a sua marca tem sido combater o chamado fracasso escolar. Dentre as explicações encontradas, destacamos as que atribuem patologias às crianças que não aprendem ou não se comportam conforme as expectativas. Medicalizar o fracasso escolar é interpretar o desempenho escolar do aluno desviante à norma como sintoma de uma doença localizada nele.

Torna-se fundamental ressaltar que não estamos falando de indivíduos que de fato

apresentam alguma disfunção ou sintomatologia comprovadamente orgânica e para o qual tratamentos, sejam eles psíquicos, médicos ou afins, são importantes para favorecer seu bem-estar e desenvolvimento global. Também não se nega o quanto mudanças culturais, condições econômicas e sociais interferem no desenvolvimento dos sujeitos e que intervenções neste setor através de políticas públicas e sociais efetivas seriam significativamente importantes. O foco aqui é o quanto não se questiona, analisa e compreende o que se vive no contexto educacional de forma ampla, avaliando todas as relações e implicações do processo de ensino e aprendizagem, tendendo a rotular e responsabilizar os alunos e suas famílias sobre os chamados fracassos. Conforme questiona Benasayag (2001, p. 15): “Sem redefinir o modelo homogeneizador da escola continuamos conservando o paradigma médico-patológico que traduz o fracasso escolar em fracasso do aluno”.

O processo de ensino e aprendizagem, a interação professor-aluno, as metodologias e estratégias de ensino têm sido relegadas. Questões como a pobreza, a carência cultural e as doenças das crianças são colocadas no centro dessa discussão e têm sustentado a permanência de certas práticas escolares. Continuam a evasão, a repetência e a baixa qualidade do ensino. A porta de entrada da saúde na escola é a doença, seja ela física ou psicológica, causada por fenômeno biológico ou cultural.

Segundo Collares e Moysés (1994, p. 30): “Os professores, que deveriam ser também os responsáveis por analisar problemas educacionais, assumem uma postura acrítica e permeável a tudo, transformando-se em mediadores, apenas triando e encaminhando as crianças para os especialistas da saúde. Essa prática acalma as angústias dos professores, não só por

transferir responsabilidades, mas principalmente porque desloca o eixo de preocupações do coletivo para o particular”.

Ressalta-se a importância da Psicologia Educacional numa abordagem institucional, promovendo uma discussão ampla e conjunta com todos os atores do processo de escolarização. O profissional de psicologia, neste contexto, precisa ocupar o espaço de um fazer caracterizado pela escuta e questionamento, visando uma compreensão profunda, considerando vários enfoques presentes na realidade educacional. É fundamental entender que, seja qual for a realidade da criança e adolescente, o papel de todos os envolvidos no processo educativo é promover seu desenvolvimento e seu bem-estar, oferecendo condições de inserção social. Essa realidade produz inquietações que remetem à necessidade de se colocar em ação projetos mais assertivos, que assegurem às crianças o respeito e o direito às suas individualidades e singularidades, respaldadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse movimento constitui um desafio individual e coletivo e é fundamental que as propostas de inter-

venções a serem realizadas com crianças e adolescentes não privilegiem a “doença” e sim que sejam direcionadas para os aspectos saudáveis nas interações interpessoais.

1 Simone Fragoso Courel
Marlete Susin Rodrigues
Rosa Veronese
Iria Jacob Luchese
Viviane da Costa Pinheiro
Mônica Fernanda Neukamp Wille

Referências

Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE. Disponível em: <http://www.abrapee.psc.br/>

Benasayag, L. (2011). Apresentação. In: L. Benasayag & G. Dueñas (Comps), *Invención de enfermedades. Traiciones a la salud Y a la educación: La medicalización de la vida contemporánea* (p.13-15), Buenos Aires: Editora Noveduc.

Brasil.(1990). Estatuto da Criança e do Adolescente.

Collares, C. A. L. & Moysés, M. A. A. (1994). A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico. *Cultura e Saúde na escola*. São Paulo: FDE

_____. (1992). A história não contada dos distúrbios de aprendizagem. *Cadernos CEDES*. (28), Campinas: Papirus/Cedes

Foucault, M. (1994). *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária

Na sociedade contemporânea, globalizada, competitiva e imediatista, cada vez mais pessoas buscam soluções instantâneas para resolver diferentes problemas, desencadeando efeitos alienantes do consumismo (inclusive de medicamentos) que, somados à necessidade de manter altos níveis de desempenho, ameaça o bem-estar das pessoas, necessitando de articulações dos “fazeres” dos profissionais na área da saúde.

Estações de uma juventude em nós

Gislei Domingas¹

Numa estação de trem sou invadida pela vida acelerada de caminhantes que chegam em Porto Alegre. Nesta estação, ainda conseguimos olhar o rio-lago que em sua tranquilidade despreza a aceleração urbana que transita em seu entorno. Fico a pensar no que dizer, alguns minutos depois, quando conversarei a respeito das políticas juvenis com uma equipe de trabalhadores públicos de uma cidade próxima. O trem chega. Ao entrar, o movimento de meus olhos pousaram nos passageiros. Muitos jovens. Lendo jornal. Ouvindo música. Dormindo. Telefonando. Com o olhar no ar, na vida, nos meus olhos.

E novamente estou aqui a pensar o que escrever da juventude? Psicóloga, professora, pesquisadora, desde 2001, no contexto de políticas juvenis. Não será um texto explicativo, funcional, científico. Apenas uma conversa entre estações com uma juventude que me interroga.

Criança? Adolescente? Jovem? Adulto? São designações assumidas para nomear ações esperadas no desenrolar da vida. Lugares historicamente construídos para serem conjugados entre idades e modos de viver. Se por um lado, identificamos de forma mais precisa as mudanças que vão diferenciando a infância e a adolescência, por outro as fronteiras da juventude em relação ao adulto parecem mais difusas. Para orientar as políticas nesta área, a condição juvenil é associada a algumas características, entre as quais destaco e indago três: 1) Uma identidade própria – “Já não tinha?”; 2) A busca da condição adulta – “O que é estar adulto nos dias de hoje?”; 3) A emancipação e a autonomia – “Humm... quem tem?”.

Essas orientações criam uma necessária estação para situar onde estamos neste percurso que acontece sem parar. Mas é preciso estar atento, pois quando revisitamos os sa-

beres de quem já esteve numa etapa, percebemos que nada está acabado no movimento da vida. Na experiência que faz a vida, não temos tanta clareza de que ser jovem implica em dar conta de tarefas já realizadas pelos adultos. As estações são atualizadas na singularidade de uma vida que acontece em condições históricas compartilhadas.

Considerado pela lógica consumista como aquele que deve adquirir tudo que o tornará mais jovem, o adulto é atropelado pelas tarefas que o afastam do movimento de envelhecer. Enquanto isso, sua potência está, exatamente, em perceber o movimento que o fez percorrer as estações ao edificar a morada dessa experiência. As estações pós 30 vão marcando o meio do caminho. Aqui, o meio não é um ponto equidistante de extremos, mas um estado que possibilita afirmar a produção de uma vida. Entretanto, parece que sempre se está tão distante do esperado, do que deveria ser, e assim voltamos ao que esperamos da juventude.

Às vezes, temos a impressão de que para consumir o modo de vida em curso é preciso que os adultos queiram ser jovens, e que os jovens não queiram ser adultos. Estamos sempre atrasados e mais ligados a quinquilharias do consumir-se que vão se tornando condições de sobrevivência. A questão que nos interroga é o quanto percebemos o movimento de como estamos nos tornando quem somos. Quem desejamos ser? O que desejamos que nós sejamos?

Entre imagens televisivas na cena de publicidade, o protagonista, por não ter o carro da hora, opta por queimá-lo com o combustível que deveria movimentá-lo. Na próxima cena, jovens de uma metrópole Europeia queimam prédios. Que edificação movimentam? São eventos de naturezas diferentes. O primeiro incêndio é imagem/imaginação, o segundo é imagem/realidade. Mas podemos

indagar: conceber um carro, planejar sua venda, pesquisar seu consumidor, elaborar um comercial com as vontades do contemporâneo, produzem nossa realidade? As cenas dizem de modos de viver em nossa sociedade. É preciso assumir as escolhas do que fazemos com o uso de nossa imaginação na realidade que produzimos e nos consumimos. É instantânea a transformação de atos juvenis em delinquência e psicopatologia, cujas origens se encerram na interioridade descontrolada do indivíduo e na “pertinência” de uma etapa da vida. O posicionamento que transforma em delinquentes aqueles que enunciam a condição que ocupam na sociedade é o caminho rápido das medidas de segurança. Pois se logo ali percebermos que esta condição não é somente destes outros, é também de quem estamos nos tornando, o que fazer? É preciso vagar para perceber nestes atos nossa própria indignação com a vida consumida.

A enunciação juvenil tem sido marcada por reações desenfreadas que diz da ânsia de sinalizar uma vida em chamadas que nos chama. A expressão dos impasses que experimentamos, no contato com as disparidades que o mundo produz, marca as pistas de como estamos (d)enunciando as incompreensões do próprio sentido de nossa vida contemporânea.

Dias atrás, no Chile, um movimento juvenil afirmou uma política nas ruas pela educação. Uma labareda inspiradora que aquece novas direções do agir. Podemos indicar alguns números que diversificam as imagens que configuram essa sinalização na vida que habita a juventude brasileira. Em 2009, 50,9% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam cursando o nível escolar esperado (o ensino médio), sendo que entre os 20% mais pobres da população, este índice é de 32%, e nos 20% mais ricos, essa situação refere-se a 77,9%. Entre 18 e 24 anos, cerca de 38% cursavam o nível escolar esperado (ensino médio completo) e mais de 14 milhões de jovens estavam no redemoinho dos níveis escolares, trabalhando com pouca qualificação e em condições precárias. Dados da imagem/realidade

do IBGE². No que concerne ao último Mapa da Violência³, não temos edificações e carros queimados. A cena enunciada adverte que a partir dos 13 anos, continuamos com um número de vítimas de homicídio crescente que atinge o pico de 2.304 na idade de 20 anos. Os elevados níveis de vitimização masculina e negra permanecem. Também são preocupantes os números de jovens que morrem em acidentes de trânsito.

As estações indicam que a política que aquece nossos percursos envolve, necessariamente, como afetamos e somos afetados pelo que experimentamos no modo de viver compartilhado. Se este modo nos limita a um modelo esperado, abandonamos nossa própria capacidade de agir. Michel Foucault adverte que somos alvo de um governo, mas se algo há para ser governado é por que algo insiste e resiste: a vida e suas infinitas possibilidades.

Na saída do trem meus olhos traziam a imagem de uma bela rosa vermelha tatuada no braço de um jovem. Nada sei dos motivos desta rosa. Mas sei que as formas de expressão enunciam que não estamos sós e que as imagens inspiram as escolhas de nossas próximas ações e estações.

¹ Psicóloga, doutora em Educação (UFRGS) e professora da UFRGS.

² http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1717&id_pagina=1

³ Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil / Julio Jacobo Waiselfisz. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

Juventudes e diversidade sexual: desafios para pensar a Psicologia como prática reflexiva da liberdade

Fernando Pocahy¹

Esta nota tem como objetivo provocar olhares desviados sobre juventude(s) e diversidade sexual, convocando a(s) Psicologia(s) a um movimento de reversibilidade da marca de saber prescritivo-normativo que a(s) acompanha. Trago aqui alguns tensionamentos e provocações acerca de movimentos de objetificação que apontam para as regulações estabelecidas na direção da constituição de uma “inteligibilidade do humano”, através do amalgama corpo(sexo)-gênero-sexualidade/desejo/prazer e idade ou gerações.

Como proposta inicial nessa problematização afirmo que podemos compreender a(s) idade(s) e gerações como categorias políticas, históricas e contingentes, assim como o são o gênero, a sexualidade ou a “raça”/etnia (as idades/ fases/ posições de geração somente podem ser pensadas a partir dessas interseccionalidades). O que significa dizer que a idade e as posições de geração (infância, juventude, velhice) organizam a vida ao conferir status de ‘humanidade’ em diferentes formas e condições político-culturais, no mesmo instante em que etnia, gênero e sexualidade se tornam visíveis e possíveis nesta trama discursiva (ao fixar as possibilidades para cada idade da vida), sendo produzidas como performatividades – como movimento de citacionalidade linguística.

No entanto, parece estratégico pensar como a idade cria condições de inteligibilidade para o que definimos em nossas sociedades ocidentais pós-modernas como humano em termos de gênero, sexualidade e “raça”/etnia. No rastro dessa reflexão sobre o projeto (bio) político que cerca a experiência geracional e algumas das interseccionalidades que acabei de citar, são muitas as inquietações: o que deve o sujeito contemporâneo à sua idade e quais são as hierarquias produzidas em nosso tempo para a objetificação de discursos de inteligibi-

lidade? O que pode uma vida com a sua idade? O que pesa e o que conta a idade que levamos? Pode um sujeito existir – oferecer inteligibilidade social – sem a sua idade? E uma idade pode ser a mesma de uma geração a outra? O que o corpo deve aos regimes políticos na gestão da vida (genericada) e o qual o papel da(s) Psicologia(s) nessa trama discursiva das fases de vida – como a adolescência e/ou juventude?

Em relação à(s) juventude(s), tomo esta como experiência discursiva que encontra sua materialidade em negociações culturais e destes regimes de verdade biopolíticos, seguindo o rastro das problematizações de Michel Foucault sobre a gestão da vida humana. Para isso, a perspectiva de Pierre Bourdieu (1978) nos ajuda a compreender que estamos diante de uma disputa sobre o domínio dos sujeitos ao limitar a experiência geracional a divisões arbitrárias – erigidas evidentemente a partir de conceitos e práticas regulatórias. Segundo Bourdieu (1978), estas classificações por idade (mas também por gênero, “orientação sexual” e por classe) remetem-nos sempre à imposição de limites e de produção de uma ordem pela qual cada um deve se fixar, na qual cada um deve se colocar em seu lugar.

O regime discursivo que segue no rastro da modernidade e do qual a Psicologia é signatária, maquina mecanismos que não param de se reinventar, reatualizando e ritualizando estratégias de normalização na produção de indivíduos inteligíveis a partir da idade que portam – como experiência indissociável das performances de gênero e o exercício da sexualidade. Essas engrenagens atuam através da reificação das representações de um ideal de ‘humano’. No plano das hierarquias sexuais e das relações de gênero através da heterossexualidade compulsória e do seu calendário de reprodução, o fracasso do projeto moderno é evidente e ele conta apenas com a comoção de campos de saberes normativos e moralidades canônicas.

Mas de que figura de humano estamos tratando na Psicologia quando discutimos adolescência ou juventude, ou gênero e sexualidade? O que estamos produzindo em nossas práticas *psi* quando preterimos a plasticidade cultural e a força política aos modos normativos de estruturação do sujeito? Qual o status ontológico (a investigação teórica do ser) dessas figuras de humanos que estamos tentando definir como vidas que importam? E como nós nos posicionamos, enquanto intelectuais e/ou profissionais da Psicologia, diante das formas de governo dos indivíduos que passam pela “gestão das idades”? Que papel a Psicologia exerce nesse projeto de gestão da vida e quais são as possibilidades de resistência que somos capazes de produzir em nossas práticas? Qual é a margem de liberdade que podemos abrir nos jogos de exclusão e de reificação de figuras normativas com nosso fazer? O que pretendemos quando dizemos que algo ou alguém é normal do ponto de vista das performances de gênero e da diversidade sexual? Qual a força da Psicologia na contestação das formas de regulação da vida diante de posições de gênero, raça/etnia, sexualidade, classe social?

Essas são interrogações por onde podemos encontrar algumas pistas sobre os modos como se engendram e como se materializam os regimes discursivos em torno da coerência corpo/sexo-gênero-sexualidade, uma dentre as linhas de inteligibilidades modernas. Inquietações estas que nos permitem também revisitar a(s) Psicologia(s). Afinal, quais são as marcas obrigatórias que devemos portar para aceder ao status de humanos, o que é necessário aparentar, ser, dizer, para que alguém ou alguma relação seja considerada como socialmente reconhecida nessa perspectiva do sujeito dito normal ou possível para a Psicologia?

Para começar essa provocação para a(s) Psicologia(s), podemos focar o olhar na produção de um sujeito “ignóbil” para nosso campo de conhecimento: diversidade sexual e homofobia. Cabe advertir: sujeito desconhecido enquanto dimensão política, uma vez que, sobre a sexualidade, a Psicologia vem se ocupando e contribuindo historicamente para a normatização e patologização de práticas e condutas.

As LGBT fobias, assim como o sexismo – e como uma associação sem a qual não podemos pensar uma ou outra entre as duas formas de objetificação – referem-se a um pré-julgamento e ignorância que consistem em acreditar na evidência e naturalidade da heterossexualidade ou na posição binária que define gênero naturalmente preso ao corpo e as consequentes hierarquias sexo-generocidas. Este movimento objetificante aciona um regime de ordenamento da sexualidade para qual os comportamentos heterossexuais são qualificados como modelo social e referência sobre todas as outras sexualidades (BORRILLO, 2000) – e como forma de manutenção do binômio masculino-feminino.

A homofobia, como toda forma de exclusão, aponta Daniel Borrillo, não se limita a constatar uma diferença, ela interpreta e tira suas conclusões materiais. Estamos aqui, neste instante, diante daquilo que se denomina como da ordem da constituição da abjeção. Isto é, aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito (BUTLER, 2000). E em se habitando estas zonas, não gozando do status de sujeito, muitas vezes as reações da homofobia se expressam nos atos de vigilância, controle, exclusão, assassinatos de pessoas que escapam ao regime normativo da heterossexualidade obrigatória. Em versões mais “humanizadoras”, considerar/tratar a homossexualidade doença foi durante muito tempo uma dentre as práticas *psi* mais recorrentes – afinal, a Sexualidade se constituiu/constitui como episteme *psi* (e se hoje uma resolução 01/99 do CFP regulamenta sobre a não patologização da homo/sexualidade, existem dados contundentes de alguns esforços *psi* para tratar o gênero, o que significa que, ratificando o amalgama corpo-gênero-sexualidade/prazer/desejo, perpetua-se o “tratamento” a quem não declina à heterossexualidade obrigatória).

A LGBT-fobia² e o sexismo, como todas as outras formas de exclusão, violência, intolerância e desrespeito (como o racismo), indica Daniel Borrillo (2000), se articulam ainda em torno das emoções, crenças, pré-julgamentos, convicções e fantasmas, assim como de

condutas em atos, práticas, procedimentos e leis, dispositivos ideológicos, teorias, mitos, doutrinas e argumentos de autoridade, que se interseccionam às interpelações geracionais, como já sugeri (infância, juventude, velhice). E não se tratando somente de uma violência contra os homossexuais, lésbicas, travestis, transexuais, a homofobia constitui-se uma ameaça aos valores democráticos de compreensão e de respeito à outra e ao outro (BORRILLO, 2000).

Judith Butler (2005), teórica feminista estado-unidense, denuncia a fragilidade constitutiva da heterossexualidade, pelo seu próprio avesso, pois as práticas sexuais ditas não normais colocam em questão a estabilidade do gênero como questão de análise na definição do que é ou não “normal”, e por isso possível, em termos da sexualidade e de uma vida inteligível. Ao nos propor a desnaturalização do gênero, como estratégia para conter a violência das normas que o governam, Butler (2005) nos oferece a possibilidade de refutarmos e denunciarmos os pressupostos impetrados pelas interpelações cotidianas – populares ou acadêmicas – sobre a sexualidade, as quais atribuem à heterossexualidade um caráter natural e evidente.

Muitas inquietações e algumas ideias ardidadas para concluir. Precisamos tomar uma posição diante das formas de hierarquização e da patologização do gênero nas psicologias, compreendendo que nosso modo de conhecer e as práticas que se produzem destes modos são sempre marcadas por formas normativas sexo-generificadas e interpeladas de acordo com as idades. A Psicologia como movimento político-epistemológico deve nos conduzir a um compromisso ético e para a radicalidade do estado democrático em nosso país. E isto inclui pensar as tramas discursivas que cercam a sexualidade e o gênero em suas interpelações geracionais, como as juventudes.

Nós precisamos refletir muito e constantemente sobre o papel que exercemos como operadoras e operadores *psi* e que tipo de epistemologia do mundo estamos construindo ou reproduzindo, enquanto signatárias/os de um campo de saber produzido nas injunções modernas acionadas no dispositivo da sexualidade e de controle da vida. Mas, além

disso, pensar sobre nossas práticas cotidianas, nossas ferramentas conceituais, nosso posicionamento enquanto sujeitos interpeladas/interpelados em posições de gênero e sexualidade, “raça”/etnia, classe social e idade, entre outros marcadores de produção de diferença. Interrogarmo-nos sobre o que estamos fazendo de nós mesmos e tentando fazer dos outros já nos ajuda no exercício de políticas desobedientes para a Psicologia, no exercício das psicologias como prática reflexiva da liberdade (FOUCAULT, 1984b).

É quase certo para mim que temos a chance de contestar nossa herança normativa, fazendo um trabalho de “criação de lugares que resistem, minam e removem as formas de opressão institucionalizadas” (ROFFES, 2007; p.110), problematizando – e isto já pode significar intervir – sobre os efeitos de normalização.

1 Psicólogo. Pós-Doutorando em Antropologia Social (UFSC), Doutor em Educação e Mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). pocahy@uol.com.br

2 Podemos distinguir as categorias lesbofobia, transfobia, travestifobia, homofobia, intersexofobia, putafobia, entre outras formas de marcação dos efeitos e hierarquias do heterossexismo e do binarismo de gênero. Estas distinções referem-se às particularidades presentes nas formas e expressões de violência de gênero e sexualidade. De uma forma abrangente, podemos usar o termo homofobia, mas compreendo este como uma categoria que não contempla a ampla trama discursiva envolvendo as hierarquias de gênero e que ainda é tributária da psicologização que definiu o conceito inicialmente, ido anos 1970 (conceito elaborado pelo psicólogo George Weinberg, EUA), como uma manifestação de medo e hostilidade aos homossexuais. Logo, a questão de uma norma social fica secundarizada aos efeitos sobre o indivíduo psicológico.

Referências

- BORRILLO, Daniel. *L'homophobie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. La «jeunesse» n'est qu'un mot. Entretien avec Anne-Marie Métaillé, paru dans *Les jeunes et le premier emploi*. Paris, Association des Ages, 1978, pp. 520-530. Repris in *Questions de sociologie*, Éditions de Minuit, 1984. (p143154). Ed1992In:www.hommemoderne.org/societe/bourdieu/questions/jeunesse.html. Acessado em 12/12/2005.
- BUTLER, Judith. *Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. In: LOURO, Guacira Lopes (org). *O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, (p.153 – 172).
- _____. *Humain, inhumain. Le travail critique des normes*. Entre-tiens. Paris: Éditions Amsterdam, 2005a. (p.43 – 60)
- FOUCAULT, Michel. (1984). Michel Foucault, une interview: sexe, pouvoir et la politique de l'indentité. In: Michel Foucault. *Dits et écrits II*, 1976-1988. Paris: Gallimard. (p.1554 - 1565).
- _____. (1984b). L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. In: Michel Foucault. *Dits et écrits II*, 1976-1988. Paris: Gallimard. (p.1527 - 1548).
- ROFFES, Eric. *Transgressão e o corpo localizado: gênero, sexo e o professor homossexual*. In: TALBURG, Susan; STEINBERG, Shirley R. *Pensar queer: sexualidade, cultura e educação*. Mangualde: Edições Pedago, 2007.

Juventude e violência: uma associação natural?

Violações aos direitos dos jovens?

Excessos em abordagens policiais contra adolescentes?

Repressão às manifestações da juventude?

O ano de 2011 foi marcado pelas grandes marchas da Juventude, afirmando o protagonismo e a politização dessa geração jovem que vinha sendo nomeada como alienada e apática frente às mudanças políticas e econômicas em todo mundo. Por outro lado, esses movimentos têm sido abordados nos veículos de comunicação e pela opinião pública como atos de vandalismo.

A naturalização da associação entre Juventude e Violência tem sido pauta cada vez mais frequente de debates relacionados a denúncias recebidas pela Comissão de Direitos Humanos do CRPRS. Quando se acrescenta a esses dois fatores a pobreza, a discriminação torna-se ainda mais evidente. O entendimento da CDH é o de que a proliferação desses discursos produz o

acirramento da segregação social e a criminalização de grupos considerados como potencialmente perigosos. Nesse sentido, a Psicologia precisa assumir seu compromisso social na desnaturalização e desconstrução dessa associação.

Para refletir sobre o assunto, a Comissão de Direitos Humanos promoveu, no dia 6 de setembro, um debate com jovens protagonistas de diferentes lugares e trajetórias de vida para ouvir o que eles têm a dizer sobre Juventude e Direitos Humanos.

A partir de algumas fotos apresentadas na reunião, os jovens foram provocados a falar sobre suas perspectivas de vida e sobre seu papel na sociedade. Desta diversidade de ideias surge a conversa registrada nestas páginas do Jornal EntreLinhas.



- **Colaboradores da Comissão de Direitos Humanos:** Luciana Knijnik (Conselheira Presidente da CDH), Bianca Sordi Stock (Conselheira e integrante da CDH), Mariana de Assis Brasil (Assessora Jurídica do CRPRS e integrante da CDH)
- **Coordenadoras da atividade:** Bárbara Mariano Parobé da Rocha e Raquel Gonçalves Ritter
- **Jovens:** Luiza Campello, Áquila da Rosa, Leonardo Neis, Elisa Bettanin, Everton Bitencourt, Jean Rangel, Lúcia Tietboehl, Rodrigo Schley e Cássia Ribeiro

Polícia



Isa: Essa foto representa uma brincadeira. Para que serve uma parede nas nossas cidades? A gente se perguntou: “Quem aqui levou um ataque da polícia?”

Áquila: Essa parede esconde, protege ou expõe? Neste caso, o muro expõe as crianças numa situação de total desproteção.

Jean: Eu já levei um ataque perto do Mercado Público (bairro Centro Histórico de Porto Alegre). A gente estava saindo de um curso com um amigo nosso, que sempre pedia para sairmos em grupo, para evitarmos os assaltos no Centro. Sempre que a gente fazia isso, um policial me parava. De cinco, três me deram com a mão no peito pedindo para eu parar. Três vezes. Da última vez, o coordenador do curso estava vindo atrás da gente, e pela segunda vez o mesmo policial estava me parando. Ele perguntou o porquê daquilo, disse que eu era aluno lá no curso. Agora, toda vez que eu passo por ali, ele não faz mais. Tu não tens como distinguir um assaltante de uma pessoa comum. Pode ser um mendigo, pode ser um gurizão de terno.

Mariana: Será que é tão fácil assim de distinguir uma pessoa “comum”? Será que há uma diferença tão grande entre alguém que acaba infringindo a lei de uma pessoa que não infringe? Será que essas pessoas são más, ao contrário de “nós”, que não cometemos crimes?

Áquila: Não existe um padrão. Antes, os jovens de uma comunidade se vestiam

de uma forma, gostavam de uma música que era marginalizada. Hoje se popularizou, e até o playboyzinho do Iguatemi se veste com a mesma roupa e se sente parte do mesmo movimento. O consumismo e a moda determinam que aquilo seja a roupa da pessoa. Hoje o assaltante pode se vestir bem, ou pode se vestir como quase um mendigo, com roupas que eram marginalizadas antigamente.

Bianca: O que é a Polícia para vocês?

Jean: São as pessoas que garantiriam a “ordem”. A Polícia teria a função de enquadrar as pessoas que fazem o “mal”. Não rola bem assim na realidade, mas a ideia seria essa. Tem alguns que querem mesmo proteger, servir, mas tem outros que estão lá só para garantir o sustento.

Cássia: Não apenas garantir o sustento, mas para tirar proveito disso. Há 4 anos, eu morava em um bairro pobre na zona sul de Porto Alegre. Se tu me perguntasses naquele tempo, eu te diria que a polícia não prestava, que só havia o lado ruim. Eles tiravam proveito só porque tinham a farda e tal. Muitas vezes amigos meus levavam ataque, só por andar com roupa simples, cigarro no dedo. Eles chegavam, enquadravam, falavam “Tu é bandido”. Já se a pessoa estava de sapatinho, roupinha bonitinha, todo engomadinho, eles passavam reto. Hoje eu vejo que não é só daquela maneira. Há pessoas que querem fazer bem o seu serviço.

Áquila: É bom não generalizar, dizer “A Polícia age assim”. Não, tem que dizer “Algumas pessoas da Polícia agem dessa forma”, por interesse próprio. Não podemos jogar tudo no mesmo saco, porque a gente depende da Polícia. Não posso admitir que uma coisa pela qual pago os meus impostos tem esse viés. Eu preciso saber que isso não acontece.



Rodrigo: Eu não consigo diferenciar a Polícia dos policiais. Eu tenho um amigo da Brigada que é um doce, tem uma visão bem diferente do papel dele enquanto policial, em relação à maioria da corporação. Se tu verificar, verás que a Polícia em todo o país acaba agindo como um instrumento de repressão contra a juventude, o pobre, o negro. Os jovens da foto não têm nenhum motivo para serem vistos como suspeitos de algum crime. Um dos motivos deles estarem ali é o fato de serem jovens, como se só isso fosse um fator de perigo. A polícia trabalha muito com estereótipos.

Leonardo: Será que o problema é a abordagem policial, ou o problema é a forma como a polícia realiza a abordagem? É claro que a polícia vai lidar com estereótipos. Quando as pessoas vão fazer um boletim de ocorrência, elas dizem que o bandido tinha de 20 a 30 anos, que estava com uma bermuda e uma regata. Este vai ser o estereótipo que a polícia vai procurar.

Raquel: Será que é só a Polícia trabalha com estereótipos? Será que esses entendimentos não se produzem em outros contextos nos quais nós também nos produzimos?

Luciana: Os estereótipos dos filmes, por exemplo, mostram o bandido como se não fosse uma pessoa, como se fosse uma outra categoria muito diferente de nós. Que diferença esta pessoa tem de uma outra?

Rodrigo: A polícia só atua na repressão. Deveria haver uma política, da própria polícia, de pensar qual é causa, o que leva as pessoas a se colocarem contra a lei. Não é como se fossem predestinadas a isso. Alguma causa social existe, mas a polícia não se preocupa com isso.

Bárbara: Será que nós também não agimos como policiais do outro? Não olhamos os outros com estereótipos? Quando falamos, não apontamos os bons e os maus?

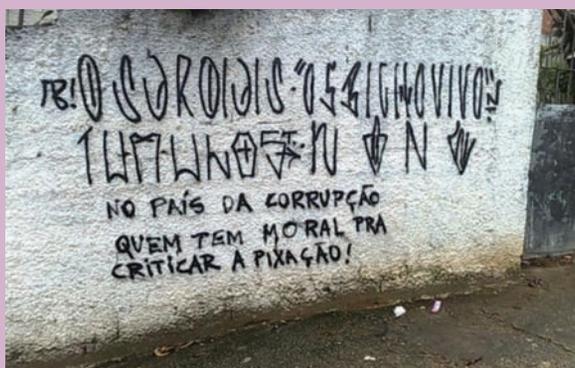
Manifestações



Portal Meu Portugal/Divulgação



Jornal Extra/Divulgação



Band/Divulgação

Lúcia: Essas fotos são três formas de manifestação bem diferentes. Na primeira, há um “diálogo”, é como se o jovem dialogasse com o Estado sempre por meio da polícia, e não por outros meios. Na segunda foto, uma manifestação com mais violência, com um confronto. E a última, é uma manifestação que fica. É uma manifestação silenciosa e tu não vês quem é que está dizendo isso.

Leonardo: Nos focamos bastante no ponto “manifestação”. São formas de falar.

Rodrigo: Será que essas fotos não representam uma reação à forma como o jovem se sente discriminado, incompreendido? Por exemplo, as manifestações na Inglaterra (onda de protestos ocorridos durante o mês de agosto em Londres e outras cidades do país). A mídia colocou como se fossem todos baderneiros. Eram jovens desempregados, sem perspectivas. A única forma de se manifestarem era sair às ruas. Será que essa violência praticada por eles não é uma reação à violência praticada contra os jovens, seja pela falta de perspectivas, de educação, de trabalho?

Bianca: Que políticas vocês acham que deveria haver para a juventude? Que murros precisam ser derrubados para que os jovens possam construir uma vida melhor?

Rodrigo: Acesso aos direitos básicos. Educação, moradia. Como tu vais condenar um jovem que cresce num ambiente marginalizado, violento, onde está totalmente exposto, com a única perspectiva de ser um aviãozinho do tráfico? Como tu podes chegar e dizer “Esse aqui não presta, então vai para a cadeia”?

Áquila: Existe uma maioria que não está a par da situação. Acho que a política pública tem que ser ampla, mas é muito de nossa responsabilidade, de nós fazermos, de tomarmos a iniciativa.

CRPRS apura irregularidades em comunidades terapêuticas do Estado

Fiscalização ocorreu em três comunidades terapêuticas no Interior e na Região Metropolitana.

O Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul realizou em 28 e 29 de setembro inspeções em comunidades terapêuticas dos municípios de Itaara, na região de Santa Maria, de Alvorada e de Porto Alegre. O objetivo da fiscalização foi verificar a situação das pessoas internadas no local, que estão recolhidas devido a problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

Nos locais visitados foram encontradas significativas indícios de violações de direitos humanos. Dentre eles, destacam-se o despreparo das equipes dos locais. A permanência de crianças e adolescentes junto a adultos, as internações por razões alheias à dependência química, a submissão dos usuários a trabalhos forçados, as dificuldades de acesso e contato com pessoas de fora e a ocorrência de ameaças, castigos e abstinência sexual forçada. A Conselheira Luciana Knijnik, que coordenou os trabalhos de fiscalização no Estado, ainda chama a atenção para a falta de liberdade religiosa no interior dessas comunidades. “O tratamento dos internos é composto basicamente por ações religiosas, com ênfase na culpa e no sofrimento, sem o acompanhamento técnico adequado”, ressalta.

Luciana aponta com grande preocupação a flexibilização da legislação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). “A legislação tem ficado cada vez mais falha e abrangente. Recentemente a Anvisa, para facilitar a concessão de recursos públicos, flexibilizou a norma de funcionamento destas casas que passaram a não ser obrigadas a ter um número mínimo de profissionais da saúde como responsáveis



Fotos: Tiago Rodrigues

técnicos. Atualmente um profissional com qualquer formação poderá ser responsável”, afirma.

No Rio Grande do Sul estima-se que funcionam cerca de 350 comunidades terapêuticas, e grande parte delas recebe recursos públicos para o seu funcionamento. A Conselheira ainda aponta a ineficiência das comunidades terapêuticas como dispositivos de tratamento e cuidado. “Na prática, a maior

parte das comunidades cumprem a função de reclusão e isolamento dos usuários, com graves violações de direitos”, critica.

A equipe responsável pela inspeção nacional considera que toda sociedade precisa estar engajada no processo de avaliação e construção da política para usuários de álcool e outras drogas. Psicólogos, juízes, médicos, usuários e familiares precisam lutar pela garantia dos princípios legais do SUS, sob pena de as comunidades terapêuticas consolidarem-se como um negócio atendendo interesses privados amparados na fracassada lógica manicomial.

Histórico

A série de fiscalizações em todo o país faz parte da quarta inspeção nacional realizada pelos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia. A primeira, intitulada Inspeção Nacional de Unidades Psiquiátricas em Prol dos Direitos Humanos, foi realizada simultaneamente em 16 estados brasileiros e no Distrito Federal, no dia 22 de julho de 2004. A segunda, intitulada Um retrato das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei, foi realizada em 22 estados brasileiros e no Distrito Federal, no dia 15 de março de 2006. A terceira, intitulada Inspeção a Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), foi realizada em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 11 estados brasileiros e no Distrito Federal, entre setembro e outubro de 2007.

Lançamento Relatório Direitos Humanos

O Conselho Federal de Psicologia lançou em 28 de novembro de 2011 o Relatório da inspeção de Direitos Humanos realizado em comunidades terapêuticas do país. Foram inspecionadas ao todo 68 instituições em 24 estados. O lançamento Regional será realizado em 15 de dezembro no Auditório do CRPRS.

Informações:

<http://drogasecidadania.cfp.org.br>



Manifesto público

Em 18 de novembro, o Conselho Federal de Psicologia lançou Manifesto Público que repudia políticas públicas equivocadas, sugerindo ou até mesmo incentivando a internação de cidadãos que enfrentam problemas decorrentes do uso de álcool e drogas. O documento foi aprovado por unanimidade durante o VII Seminário Nacional Psicologia e Direitos Humanos - Drogas: Direitos Humanos e Laço Social, ocorrido em Brasília.

Conselho Federal de Psicologia, levando em conta as políticas públicas da temática de álcool e outras drogas, sem ignorar a dor, a violência, a morte, os danos para a segurança pública, a tristeza das famílias, as aflições das mães, os prejuízos econômicos e para a saúde pública, enfim, todos os efeitos deletérios generalizados provocados pela ampliação da presença das drogas, vem esclarecer e solicitar o que se segue.

Tem-se observado recentemente a adoção, nos diversos níveis da federação brasileira, de políticas públicas equivocadas, sugerindo ou até mesmo incentivando a internação de cidadãos. A questão que se destaca é que ao ser internado compulsoriamente, o cidadão perde qualquer chance de inclusão social, ficando à margem da sociedade, sem qualquer autonomia.

Vale dizer que é o Estado que intervém com uma política pública, descuidadamente gerida, que na prática “cassa” os direitos políticos e civis de cidadãos miseráveis, cujas famílias se submetem a esta regra que representa a interdição para a vida civil.

Os casos se proliferam em diversos estados da federação, consubstanciando um excesso das autoridades estaduais. Mas não é só. É sabido, também, que o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional o projeto do Plano Plurianual para os anos de 2012-2015, estabelecendo como metas a capacitação das “lideranças religiosas e de movimentos afins para atuação na prevenção do uso indevido de drogas e outros comportamentos de risco, bem como na abordagem de situações que requeiram encaminhamento à rede de serviços existentes na comunidade”, o que vai de encontro ao caráter laico do Estado brasileiro, previsto na Constituição Federal, além de afrontar a Lei n. 10.216/01. A toda evidência, representa o uso do Estado e de suas instituições para “cassar” direitos constitucionais dos seus cidadãos, inclusive o de ir e vir. A aniquilação da cidadania e dos direitos humanos, por intermédio de programas como tais, não pode ser perpetuada.

Com efeito, temos acompanhado recentemente a prática do envio de crianças e adolescentes de forma compulsória, portanto, involuntária, para instituições de internamento sob a justificativa de serem encaminhadas a um suposto tratamento da dependência de crack. Contudo, não se colocam em

pauta algumas questões que são anteriores a esta intervenção, tais como: de que forma essas crianças e adolescentes chegaram à condição de morar nas ruas e de dependência de drogas? O direito, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de receber proteção integral com prioridade absoluta foi garantido de fato a estas crianças e adolescentes?

Ora, se o tivesse sido, provavelmente, elas não estariam nesta condição de desfiliação social, pois, tal condição não foi produzida do dia para a noite e sim como resultante de longos anos de submissão a processos variados de exclusão social e de violação de direitos, assim como pela ausência de políticas públicas eficientes sobre álcool e outras drogas, o que chama à necessidade urgente de um debate sério e comprometido sobre o tema.

Sabe-se que cotidianamente crianças e adolescentes no Brasil são vítimas de violência, não têm seus direitos fundamentais concretizados em políticas públicas efetivas e não estão sendo prioridade absoluta na agenda dos municípios, estados e governo federal tal como preconiza a Constituição Federal. Assim, a discussão de políticas públicas de inclusão social deve ser feita em vários âmbitos - da assistência social, dos direitos humanos, da saúde, da segurança pública, da educação, da justiça, dentre outros.

O Conselho Federal de Psicologia, entidade com assento em diversos Conselhos de Direito, estranha que o tema das políticas públicas de álcool e outras drogas não tenha sido pautado pelo governo no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad), órgão nacional que já não se reúne há mais de dois anos e deveria ser responsável por garantir a promoção de discussões destas políticas.

Os conselhos de direito são espaços criados exatamente como fóruns legítimos de participação social para a definição de linhas para as políticas públicas, também discutidas em conferências nacionais temáticas. Em outros conselhos, como o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), houve posicionamento contrário às internações compulsórias, mas ainda é necessária a discussão da política sobre álcool e drogas em sua complexidade.

Entendemos que somente a partir destas discussões será possível garantir os direitos de cidadania e inclusão social aos cidadãos em tratamento, além da proteção integral às crianças e adolescentes.

Campanha Nacional de Direitos Humanos:

Em nome da proteção e do cuidado, que formas de exclusão temos produzido?

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP
Brasília – DF, 18 de novembro de 2011.

13 razões para defender uma política para usuários de crack, álcool e outras drogas sem exclusão

1. Defendemos o Sistema Único de Saúde (SUS) – um dos maiores patrimônios nacionais, construído coletivamente para cuidar da saúde da população brasileira. Defendemos a aprovação da Emenda Constitucional nº 29 e a possibilidade de garantir e ampliar financiamento para consolidar suas ações, inclusive para a política de crack, álcool e outras drogas, assegurando seu caráter eminentemente público, em oposição a todas as formas de privatização da saúde.

2. Defender os princípios e diretrizes do SUS, principalmente o princípio da PARTICIPAÇÃO, que garante o direito do usuário de ser esclarecido sobre a sua saúde, de intervir em seu próprio tratamento e de ser considerado em suas necessidades, em função de sua subjetividade, crenças, valores, contexto e preferências.

3. Defender a continuidade e o avanço do processo de Reforma Psiquiátrica Antimanicomial em curso no Brasil – regulamentada na Lei nº 10.216/2001, que criou os serviços de atenção psicossocial de caráter substitutivo ao modelo asilar – para o cuidado de pessoas com sofrimento mental e problemas no uso de álcool e outras drogas.

4. Considerar que o Estado é laico e democrático e, por isso, não deverá, a pretexto de tratamento, impor crença religiosa a nenhum de seus cidadãos, mesmo quando estes fizerem uso problemático de álcool ou outras drogas. Da mesma forma, compete ao Estado respeitar e promover a cidadania destes usuários, recusando todas as propostas que violem seus direitos, como a internação compulsória e restrição da liberdade como método de tratamento.

5. Superar o isolamento em instituições totais, tais como hospitais psiquiátricos ou comunidades terapêuticas – que geram mais dor, sofrimento, violação dos direitos humanos –, por uma rede de serviços substitutivos como Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Leitos em Hospitais Gerais, Casas de Acolhimento Transitório, Consultórios de Rua e outras invenções que se fizerem necessárias para garantir o cuidado em liberdade.

6. Reconhecer que as cenas públicas de uso de drogas, as chamadas cracolândias, que tanto incomodam a população em geral, são também efeitos da negligência pública e da hipocrisia social. A transformação desta situação impõe a criação de políticas públicas que incluam os usuários e a população local, através da implantação de projetos de moradia social, geração de renda, qualificação do espaço urbano, educação, lazer, esporte, cultura, etc.

7. O cuidado em liberdade, dentro do SUS, dos usuários de crack, álcool e outras drogas já é realidade em nosso país. São Bernardo do Campo (SP) e Recife (PE) são exemplos do êxito desta política, cujos investimentos exclusivamente voltados para a rede pública propiciaram a invenção de uma rede diversificada de serviços substitutivos, que asseguram cidadania. A sustentação radical desta política permite a ambos municípios prescindirem

da inclusão de comunidades terapêuticas e de hospitais psiquiátricos como lócus de tratamento.

8. Quem usa drogas é vizinho, pai, mãe, filho, filha, irmão, irmã, amigo, amiga, parente de alguém, meu ou seu. Portanto, é preciso superar a ideia de que o usuário de drogas é perigoso, perdido, irrecuperável ou um monstro. Tais idéias provocam uma urgência de respostas mágicas, levam a sociedade a demandar medidas políticas sem a prévia reflexão necessária, justificando e legitimando a violência contra estes novos párias sociais.

9. A humanidade sempre usou drogas em cerimônias, festas, ritos, passagens e em contextos limitados. Nossa sociedade precisa se indagar sobre o significado do consumo que o mundo contemporâneo experimenta e tanto valoriza, buscando entender o uso abusivo de drogas nos dias de hoje e as respostas que tem dado ao mesmo.

10. As sociedades convivem com muitas drogas, lícitas ou ilícitas. As pessoas que usam drogas de forma prejudicial precisam de ajuda, apoio, respeito e de redes públicas de atenção que garantam sua cidadania e liberdade. Para tal, as ações de redução de danos, que responsabilizam o cidadão por suas escolhas e estabelecem laços de solidariedade, devem ser orientadoras do cuidado, sempre articuladas com as demais políticas públicas.

11. A leitura do fenômeno do uso abusivo de drogas, em particular, do consumo de crack, como uma epidemia, além de grave equívoco de interpretação dos dados epidemiológicos que não demonstram isto, provoca uma reação social que instaura o medo e autoriza a violência e a arbitrariedade, levando à justificação de medidas autoritárias, coercitivas e higienistas.

12. Comunidades terapêuticas não são dispositivos de saúde pública. São a versão moderna dos antigos manicômios, seja pela função social a elas endereçada, quanto pelas condições de uma suposta assistência ofertada. Elas reintroduzem o isolamento das instituições totais, propondo a internação e permanência involuntárias, centram suas ações na temática religiosa, frequentemente desrespeitando tanto a liberdade de crença quanto o direito de ir e vir dos cidadãos. Portanto, rompem com a estrutura de rede que vem sendo construída pelo SUS, não havendo qualquer justificativa técnica para seu financiamento público.

13. Os direitos humanos, os princípios da saúde pública e as deliberações das Conferências Nacionais de Saúde e de Saúde Mental devem orientar a aplicação e os investimentos públicos na criação das redes e serviços de atenção a usuários de crack, álcool e outras drogas. Qualquer política que proponha agregar outros serviços com orientação distinta da adotada pela Reforma Psiquiátrica e pelo SUS, estará tentando conciliar o inconciliável e deste modo, camuflando diferenças em nome de outros motivos ou interesses e produzindo um claro desrespeito à política e à sociedade.

Debora Noal aborda atuação do psicólogo em situações de emergências e desastres

Psicóloga falou sobre sua experiência no seminário “Psicologia Sem Fronteiras”.

Uma Psicologia sem fronteiras. Desta forma pode ser definida a experiência profissional de Débora Noal, a psicóloga de Santa Maria (RS) que atravessou o mundo participando de missões humanitárias com a ONG Médicos Sem Fronteiras. Reconhecendo a riqueza desta história, o CRPRS ofereceu aos profissionais e estudantes do Rio Grande do Sul a oportunidade de conhecer um pouco mais do trabalho de Débora no dia 27 de agosto – Dia do Psicólogo, com a palestra “**Psicologia sem fronteiras – A atuação do psicólogo em situações de emergências e desastres**”.

A psicóloga abordou sua experiência profissional desde 2008, quando participou de sua primeira missão no atendimento dos atingidos pelos terremotos no Haiti, Débora vem atuando em países da Europa, África e América Latina utilizando os conhecimentos e as técnicas da psicologia no enfrentamento a emergências e desastres.

“O trabalho do profissional em situações de emergências e desastres parte de uma escuta ativa. Se, em algum momento, eu tiver que entrar nos escombros junto com o familiar de alguma vítima, eu entro. Se a pessoa não consegue reconhecer o corpo dos seus filhos, eu vou com ela até aquele lugar. Ou seja, estou escutando o outro, mas de uma forma pragmática e não-intrusiva”, detalhou.

A respeito das diferenças de idiomas e culturas que se estabelecem nesta atuação, a psicóloga chamou a atenção para a sensibilidade necessária do profissional. “Uma comunidade que não tem o costume da educação formal, por exemplo, irá se expressar de uma forma mais corporal ou por outros símbolos. Esta diferença é bastante delicada, mas ao mesmo tempo exige de mim a capacidade de sentir no seu corpo. O que estou percebendo, no meu corpo, do sofrimento do outro?”

Confira a entrevista exclusiva que a psicóloga Débora Noal concedeu para o EntreLinhas.

EntreLinhas: Quando você iniciou o trabalho na ONG Médicos Sem Fronteiras (MSF)?

Minha primeira missão foi em 2008, no Haiti, após o ciclone que devastou a região. Depois disso, atuei no conflito armado de Porto Príncipe, em 2009, e após o terremoto de 2010. Fui a primeira psicóloga a chegar ao local do terremoto, o maior desastre já enfrentado pelo MSF. Em Masisi, na República Democrática do Congo, atuei com mulheres e meninas violentadas sexualmente. Na cidade com 300 mil habitantes, há uma média de 700 mulheres violentadas por ano e praticamente 100% da população feminina já sofreu algum tipo de violência sexual.

EntreLinhas: E no Brasil, você já atuou pelos MSF?

Sim, no nordeste brasileiro, em uma missão exploratória sobre saúde reprodutiva e, em outra oportunidade, no Rio de Janeiro, Teresópolis, Nova Friburgo, Petrópolis, durante o desastre natural da região serrana, no início de 2011.



EntreLinhas: Você acaba atuando não apenas com as técnicas da Psicologia, mas agindo em várias frentes. Como exercer a Psicologia neste espaço tão diferenciado?

Como eu costumo dizer, em um trabalho humanitário, antes de ser psicóloga, eu sou humana. Eu preciso me conectar com a minha humanidade antes de tudo, saber até onde eu posso ir, até onde minha história me permite ir. Embora seja uma “Psicologia sem fronteiras”, ela não é uma Psicologia sem limites. Em primeiro lugar, é preciso ter tranquilidade para saber o que estou fazendo naquele lugar, qual o meu papel e até onde posso ir. Não é possível dar conta de solucionar todos os problemas daquelas pessoas. Se este for o seu ideal, seu nível de frustração será muito grande. Eu tento trabalhar com a humanidade, com a plasticidade, saber como fazer, com quem, de que jeito. Se tiver que usar véu em uma cultura, eu vou usar. Isto não fere o meu princípio enquanto ser humano. Se em alguns lugares eu tiver que usar burca eu vou usar, embora não seja a minha religião nem a minha cultura. Eu não tenho religião, mas acredito na humanidade das pessoas. Acredito que, se estamos em um mundo de humanos, conseguimos nos reconstruir cada vez que nos relacionamos com o outro. Então, antes de ser psicóloga, antes de me perguntar qual a técnica que eu uso, eu preciso saber: até onde posso ir, até onde estou disposto a ir.

Mais do que saber qual linha e qual abordagem, é lembrar que há uma linha de cuidado e de acolhimento, por isso a escuta ativa, pragmática, não-intrusiva. Mais que uma técnica, é uma forma de conduzir, de escutar, de se doar. Uma forma de intervenção.

EntreLinhas: E como isso ocorre?

É uma escuta ativa, ou seja, escuto de uma forma pragmática, de uma forma não-intrusiva. Se em algum momento eu tiver que entrar nos escombros, eu entro. Se outros não conseguem reconhecer o corpo dos seus filhos, eu preciso auxiliá-los. Neste caso, eu não digo para aquela pessoa: “Você precisa ir lá reconhecer o

corpo do seu filho”. Até onde você consegue reconhecer um corpo carbonizado? Até onde você tá pronto para ir aos escombros, onde está tudo desmoronado e sua família está ali debaixo? É o seu desejo? Você está pronto para ir a esse lugar? Essa avaliação tem que ocorrer em minutos. Eu acabo de conhecer aquela pessoa, ela vem com uma demanda, com um sofrimento concreto, bem visível, em todos os sentidos, seja no corpo, no que ela consegue verbalizar.

EntreLinhas: Como a Psicologia lida com tantas diferenças culturais?

Na minha primeira missão, eu fiquei bem preocupada. Como eu vou fazer um atendimento se eu não sabia “créole” (crioulo haitiano, também conhecida como créole, é um idioma falado por quase toda a população do Haiti). A maioria da população que a gente atendia não falava francês, falava créole. Nos primeiros dias, já deu pra perceber que a população se comunicava muito pouco com palavras, é muito com a forma de caminhar, gesticular, sentar, a forma de bater no corpo, na cabeça, e essas coisas, você tem que aprender muito rápido, de uma forma precisa e pragmática, mas também de uma forma conectada com o outro, perguntando, sem entrar em muitos detalhes, porque você não sabe até onde aquela cultura aceita determinadas questões. Com o tempo essa percepção vai ficando muito aguçada, isto não perpassa o verbal, não perpassa as técnicas da Psicologia, da medicina ocidental.

EntreLinhas: Como é a logística da ONG após a ocorrência de uma catástrofe?

Nas primeiras missões era bem chocante, eu me sentia agente secreto. Uma vez, eu entrei no voo, e ouvi “Senhora Débora Noal, favor identificar-se com os comissários”, e me entregaram um compilado para ler durante a viagem. No documento dizia: você vai chegar no país tal, pegue um táxi no lugar X e depois dê um jeito de entrar no país. A ONG é muito eficiente, faz isso de um dia para o outro. Como está em 60 países é muito fácil de chegar rápido em qualquer local de catástrofe. Não existe lugar descoberto hoje pela MSF. Nós temos pontos, chamados “antenas”, pontos estratégicos em lugares do mundo que captam possíveis desastres e possíveis intervenções. Onde há possibilidade de catástrofe, podemos acessar rapidamente, por um país próximo ou no próprio país, quando possível. Quando há conflito armado, com um risco muito alto, ficamos na fronteira.

EntreLinhas: Durante esses anos de trabalho, tem alguma lembrança que mais tenha marcado?

Cada missão traz experiências que te marcam muito. Lembro de uma intervenção que me marcou muito. Certa ocasião, atendi uma pessoa originária do Mali, que havia passado muito tempo em uma prisão. Para sair do Mali, passou por todo o deserto do Saara, durante muitos e muitos meses, até chegar à Líbia. A ideia dele era passar pela Líbia, chegar na Ilha de Malta e ir para a Europa, tentar construir a vida lá. Mas quando ele chegou na Líbia, foi preso, porque todo imigrante sem documentos é preso, e você tem três meses para ser repatriado. Só que os líbios não liberaram essa pessoa e ele ficou preso

mais de dois anos. Uma pessoa que saiu da África subsaariana, que tem um povo muito similar aos brasileiros, muitas cores, muitas danças, quando sai da prisão só vê mulheres de burca. Ele chegou muito debilitado, com desnutrição, mas principalmente com uma tristeza muito grande. Ele ficava na tenda só olhando. Eu coordenava uma tenda com sete psicólogos algerianos e tunisianos. Eu perguntei pra ele “Posso te ajudar em alguma coisa?”, e ele “Só de te olhar já tá me ajudando”, “Como assim?”, “Faz três anos que eu não vejo uma mulher, aqui todas vocês são muito bonitas”. “Mas a gente pode te ajudar em outra coisa?”, “O que vocês fazem aqui?”. Alguém gritou, “Eles vendem sonhos”. “Como assim, nós somos psicólogos, expliquei mais ou menos o que faz um psicólogo”. No dia seguinte, aconteceu um espancamento em uma das filas de alimentação (eram filas quilométricas para conseguir um prato de comida). “Gente, vocês mataram uma pessoa porque ela furou a fila, uma pessoa ia fazer diferença pra todos vocês? Eles tinham vindo de um lugar onde a tortura e o espancamento ocorria em massa. Então, eu propus “Certo, se vocês fossem os coordenadores desse campo, se pudessem se organizar de outra forma, como fariam?”. Foi muito interessante, porque eles limpavam a areia no chão da tenda e desenharam os pontos de distribuição de comida, organizados por horário e por etnia, respeitando os horários das culturas. No outro dia, já mudaram toda a estrutura de alimentação, dividindo o campo em espaços por cultura. Foi incrível, eles contavam para todo mundo “Nós que organizamos isso aqui”. Era uma felicidade e um contentamento por coisas muito simples. Dois dias depois, eles estavam voltando para seus países e foram até a tenda apenas para agradecer. Disseram “Estamos aqui para agradecer, por saber que aqui fomos tratados como gente, teve alguém que nos escutou. Tendo a consciência do nosso lugar, do lugar que a gente ocupa, podemos ser alguém na vida.”

EntreLinhas: Que dicas você deixa para os que se interessam por esse campo?

Primeiro, deve haver um grande desejo de se abrir. De se abrir para si mesmo e para o mundo. A primeira coisa é ser feliz, porque trabalhar em um contexto tão duro, você precisa sentir dentro de si um prazer, uma felicidade. Não é um missionário religioso, você precisa sentir muito prazer com o que você está fazendo. É difícil sentir prazer na tristeza extrema, num contexto delicado, num limite extremo. Você precisa estar bem preparado, ter uma base sólida, de alegria, felicidade, pequenas coisas que te seguram. Em segundo lugar, aprender línguas é muito importante, a técnica profissional é muito importante, mas se você não conseguir entender o mínimo possível daquela cultura vai ser muito difícil se comunicar. Para os brasileiros, é muito importante aprender francês e inglês. Lembrar também que não pode ter muitas restrições com comida, você vai comer pão escovado com escova de tênis, pois era só o que tinha para comer. Você vai ter algumas diarreias, algumas dificuldades para dormir, alguns adoecimentos, mas que o prazer é indescritível. Não dá para descrever com palavras o prazer que é participar de uma missão dessas – é sentir prazer com os cinco sentidos.

Humor e irreverência na festa dos psicólogos

Comemoração ao Dia dos Psicólogos – 27 de agosto – contou com a apresentação do cantor André 14 Voltas



Para comemorar o Dia do Psicólogo – 27 de agosto, o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul trouxe para Porto Alegre o show do cantor do cantor de Brasília, André 14 Voltas. A festa ocorreu na noite de 27 de agosto, no Dhomba, no bairro Cidade Baixa em Porto Alegre, e foi marcada por muito humor e diversão.

Combinando humor e irreverência, André 14 Voltas apresentou um trabalho musical marcado por elementos teatrais e brincadeiras: duplas sertanejas, cantoras norte-americanas e grandes nomes de nossa MPB transformaram-se em caricaturas musicais na voz do intérprete. Em entrevista ao Jornal EntreLinhas, 14 Voltas falou um pouco sobre sua arte:

EntreLinhas: De onde veio a mistura de tantos estilos?

André: É a vivência musical de toda uma

vida, com 23 anos na estrada. Antes de adotar este modelo de show, eu fazia muita MPB, e sempre com uma dose de performance e teatro. Adaptei este estilo e hoje chamo esse show de “stand up musical”. Não é aquele stand up convencional, mas eu uso o humor misturado com a música para me aproximar do público.

EntreLinhas: É sua primeira apresentação para uma plateia gaúcha?

André: Primeira vez em Porto Alegre, uma cidade que admiro muito. A cena musical daqui é muito forte, desde os anos 80. Levar meu show para um lugar que já tem uma veia musical bastante enraizada é uma grande experiência. Há muitos artistas daqui que considero grandes nomes da música no Brasil, de ser fã e escutar todos os dias, como Vitor Ramil e Nei Lisboa. São grandes artistas.



Comissão de Formação do CRPRS promove aproximação com cursos de Psicologia

A comissão vem promovendo reuniões quinzenais para debater questões relacionadas à formação em Psicologia

Comissão de Formação do CRPRS

A atual gestão do CRPRS criou a Comissão de Formação, que tem por objetivo aproximar o Conselho Regional da formação em Psicologia, em seus diferentes níveis, de graduação e pós-graduação, fortalecendo as discussões relativas à formação de profissionais da Psicologia e sua interface com as demandas contemporâneas da sociedade.

A Comissão de Formação é uma comissão especial do CRPRS que pretende, portanto, promover e sustentar uma relação de produção e debate entre questões derivadas da prática profissional e do cotidiano do Conselho Regional com a formação em Psicologia. Busca, assim, potencializar a interação com as instâncias formadoras para juntos pensar e propor ações que qualifiquem a atuação do (a) profissional psicólogo (a), pois entendemos que somente é possível colocar em pauta a profissão quando se leva em consideração o processo de formação desse profissional. Nesse sentido, a Comissão de Formação vem se reunindo quinzenalmente, nas sextas-feiras, às 16h, na sede do CRPRS (Av. Protásio Alves, 2854, Porto Alegre/RS). Salientamos que essas reuniões são abertas a todos (as) que tenham interesse em discutir a formação em Psicologia.

Como desdobramentos das ações da Comissão de Formação, iniciamos pela aproximação com os Cursos de graduação de Psicologia, retomando um processo já disparado por outras gestões do CRPRS. Salientamos que, posteriormente,

investiremos na aproximação com a pós-graduação em Psicologia. Assim, construímos uma agenda conjunta de discussões entre CRPRS e Cursos de Psicologia com o intuito de pensar o modelo de formação e atuação profissional.

Até o momento fizemos três encontros com Coordenadores e representantes de Cursos de Graduação de Psicologia. Nesses encontros foram levantadas, em conjunto, pautas que seriam pertinentes de serem discutidas nesse espaço. Dentre as pautas discutidas destacam-se: Estágios em Psicologia, Ética na formação, Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Psicologia/Licenciatura e Serviços-Escola. No último encontro com os Coordenadores e representantes de Cursos de Graduação de Psicologia encaminhou-se que as próximas ações com os Cursos de Graduação devem acontecer de forma descentralizada e itinerante. Serão eventos nas diferentes regiões do Estado que funcionarão como dispositivos de debate e articulações entre o Conselho Regional e às graduações em Psicologia (estudantes, docentes e gestores).

Este encaminhamento traz a preocupação de descentralização dessa interface entre CRPRS e os Cursos de Graduação, e aposta em um processo de interiorização das discussões do Sistema Conselhos. A primeira edição desses eventos tratará de “ética profissional e avaliação psicológica”. Fique atento à programação de sua região e participe.



O CREPOP em comunicação com a categoria



Estamos ocupando nosso espaço no Entrelinhas num momento fértil de debates e produções, pois este é um tempo de conferências, seminários, rodas de conversa e pesquisas, com as quais, por meio de sua metodologia e articulação, nos possibilitam conhecer profissionais e suas práticas, para produzirmos conhecimento e referências técnicas com as informações colhidas. Nosso trabalho sempre visa a qualificar nossa presença nos diversos campos das políticas públicas, contribuir ético-tecnicamente para sua efetivação, bem como afirmar posições integralmente implicadas com os Direitos Humanos. Mais uma vez, afirmamos que o cotidiano de trabalho, seus impasses, tensões, proposições e desafios serão melhor compreendidos e formulados se forem feitos de forma coletiva, potencializando nossas trocas e qualificando nossa produção.

Para que acompanhem o CREPOP e suas atividades, registramos que durante o primeiro semestre de 2011 realizamos a pesquisa no campo da Segurança Pública, experiência que nos oportunizou realizá-la com o campo completo, considerando suas diferentes áreas de atuação de forma simul-

tânea. Registramos também nosso profundo agradecimento aos profissionais contatados, por sua adesão e contribuição no processo como um todo.

Neste momento, estamos desenvolvendo a pesquisa no campo da Política para Idosos, que se apresenta transversal. Serão consideradas especialmente as ações desenvolvidas na Educação, Assistência Social e Saúde. Os questionários online de todas as pesquisas já realizadas estão disponíveis no site <http://crepop.pol.org.br>. Toda a informação é imprescindível, pois permite a atualização e qualificação dos dados obtidos pelo CREPOP.

Agradecemos a todos por contribuírem no avanço da Psicologia no campo das Políticas Públicas e convidamos a todos a permanecerem cada vez mais próximos e propositivos. O CREPOP se fortalece a cada novo contato e a cada nova conversa.

Até breve e um forte abraço,
Silvia Giugliani e Carolina dos Reis
Assessoras técnicas do CREPOP

Esclarecimento

Conforme solicitado pelo CRPRS, os autores do artigo "Avaliação neuropsicológica: área interdisciplinar da ciência neurocognitiva", publicado no Jornal Entrelinhas (Ano XI - Número 55, Abril-Junho de 2011, páginas 8-9), apresentam nota de esclarecimento visando a elucidar os seguintes aspectos do referido texto:

1 – A prática neuropsicológica tem seu início no século XIX a partir de esforços de médicos neurologistas, que buscavam associar alterações de linguagem (afasias) a correlatos anátomo-funcionais em pacientes pós-lesão cerebral (para uma revisão ver Kristensen, Almeida & Gomes, 2001). Como ciência, a neuropsicologia evoluiu desde seu início como campo interdisciplinar, oferecendo fundamentos teóricos e metodológicos para procedimentos de investigação, avaliação e intervenção, procedimentos esses realizados por cientistas e clínicos de diferentes formações profissionais. Diversas disciplinas têm contribuído para a construção de instrumentos de avaliação de construtos neurocognitivos, dentre elas a Psicologia, a Fonoaudiologia, a Medicina, entre outras áreas da saúde e da educação. Neurocognitivo é um termo empregado para denominar funções cognitivas fortemente ligadas ao substrato neural – seja este uma área específica, uma rota neural ou mesmo uma rede cortical. Nesse sentido o NEUPSILIN foi concebido como um instrumento neuropsicológico, construído e normatizado por três fonoaudiólogas para a avaliação breve de construtos neurocognitivos. Após sua publicação, a Comissão Consultiva em

Avaliação Psicológica do CFP considerou esse instrumento um teste psicológico (Ofício Circular 139-11 do CFP). Nesse sentido gostaríamos de reiterar, conforme indicado pelo CFP, que o NEUPSILIN só poderá ser administrado e interpretado por profissionais da Psicologia, visto que foi considerado por este Conselho um teste psicológico.

2 – Os autores destacam que o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) e os critérios de avaliação da qualidade de testes psicológicos empregados pela Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do Conselho Federal de Psicologia representam um importante avanço na qualificação do uso e elaboração de instrumentos pelos profissionais da Psicologia. Os testes aprovados no SATEPSI são instrumentos qualificados, com potencial para uso em avaliação psicológica ou mesmo em avaliação neuropsicológica. No entanto, vale lembrar que a avaliação neuropsicológica compreende um processo clínico, de testagem de hipóteses sobre a neurocognição, isto é, sobre as relações entre o desempenho cognitivo e estrutura e função cerebrais. O uso de testes neuropsicológicos, tarefas cognitivas experimentais ou mesmo procedimentos delineados para uma situação clínica específica, constituem um dos aspectos da avaliação neuropsicológica.

Rochele Paz Fonseca
Christian Haag Kristensen
Rodrigo Grassi de Oliveira

Sublimantes: Psicologia e Música

Foi durante o curso de graduação de Psicologia, na PUCRS, nos anos de 1998 a 2002, que cinco estudantes iniciaram uma empreitada de maneira muito espontânea e, de início, despretensiosa. Para dar conta de apresentações de trabalho nas disciplinas eles criavam músicas com os conteúdos ensinados, isso normalmente com a participação de outros colegas da faculdade, trazendo à seriedade um clima festivo. A própria turma e os professores foram os que vislumbraram nessa forma descontraída de lidar com a formação uma possibilidade de se criar “uma banda”. Dá para se dizer que se expressava ali algo que não era somente desse pequeno grupo, mas de uma coletividade que procurava outros modos de lidar com as questões acadêmico-científicas na área da Psicologia.

Surge, então, o grupo Sublimantes, que busca, através da música, divulgar e criar novas formas de produção de sentido para a Psicologia e para aqueles que procuram, de alguma maneira, adentrar neste universo da subjetividade. Apresentando-se em diversos encontros, congressos, simpósios de Psicologia, o Sublimantes decidiu lançar, no dia 17 de maio de 2002, no Teatro da AMRIGS, o cd intitulado Criar é Psico – composto por músicas que falam sobre teorias da Psicologia. Esse trabalho conta com a participação do coral de usuários e funcionários do Centro Comunitário de Saúde Mental de São Lourenço/RS – pioneiros na luta anti-manicomial no Estado – que cantam em uma das faixas do CD, a música Balada do Louco.

Como em 2012 completam-se dez anos do lançamento do cd, os já profissionais da psicologia decidiram comemorar essa data com um show, no qual cantarão as músicas registradas nesse trabalho e outras inéditas. “A idéia é organizar um evento sobre criatividade e psicologia e encerrar com uma apresentação da banda”, revela um dos in-



tegrantes, Marcos Azambuja. O evento ocorrerá no primeiro semestre do próximo ano, provavelmente em maio, mas ainda está em fase de planejamento. Por isso, o Sublimantes está se utilizando das redes sociais para divulgar o novo projeto, convidando todos a visitar o blog para conhecer um pouco mais da história da banda e também ouvir as músicas disponíveis.

Integrantes

Alexandre Missel Knorre (vocalista) Felipe Figueras Dable (sax e flauta) Lúcio Chachamovich (guitarra) Marcos Adegas de Azambuja (harmônica) Felipe Schroeder de Oliveira (baixo) Marcos Daou (bateria)

Saiba mais...

Blog:

<http://bandasublimantes.blogspot.com/>

Músicas:

<http://www.myspace.com/sublimantes>

Facebook:

<http://www.facebook.com/pages/Sublimantes/268155769890069>

Contato: sublimantes@hotmail.com

Comunidades indígenas discutem seu papel na sociedade em evento no CRPRS

Comunidades indígenas dos Charrua, Guaraní e Kaingang participaram da Reunião Temática “Psicologia e Povos Indígenas - O protagonismo indígena na construção de Políticas Públicas no Rio Grande do Sul” promovido pela Comissão de Direitos Humanos e pela Comissão de Políticas Públicas do CRPRS em novembro.

O encontro abriu espaço para depoimentos de lideranças das comunidades indígenas de Porto Alegre. **“Nosso objetivo é avaliar como o trabalho do psicólogo pode contribuir nas comunidades e estimular a participação indígena nas políticas públicas. Hoje continuamos essa discussão que precisa ser permanente”, afirmou a Conselheira do CRPRS, psicóloga Bianca Stock.** Os povos indígenas do Rio Grande do Sul estão construindo uma relação com a sociedade através da participação social na construção de políticas públicas que respeitem suas especificidades culturais.

O coordenador do Núcleo de Políticas Públicas para os Povos Indígenas da Prefeitura de Porto Alegre, Luiz Fagundes, destacou que trabalho que vem sendo feito pela prefeitura para adequar políticas públicas à cultura indígena, especialmente quanto a presença das mulheres Guarani no centro da cidade. A direção é de possibilitar melhores condições de ocupação do centro para a venda de artesanato, compreendendo que esta prática é tradicional, assim como a companhia das crianças nas atividades adultas.

Em seu depoimento, cacique Cirilo, da comunidade Guarani, apresentou algumas característi-

cas diferenciadas das culturas indígenas. **“Índios não pensam em tirar os brancos da cidade, só pedimos colaboração para que nossos direitos sejam garantidos. Não pensamos em propriedade privada, no que é nosso, dividimos tudo, essa é nossa cultura. Também não pensamos apenas no futuro, no que vai acontecer daqui a cinco anos, pensamos no hoje”.**

As falas indígenas reforçaram a luta dessas comunidades, que ainda são necessárias. **“Se lutando já é difícil, imagina se não lutássemos”,** falou a cacique da comunidade Charrua, Aqua’B. Para Ângela, jovem da comunidade Charrua, é necessário um olhar mais brando da sociedade quando se fala sobre indígenas. **“Ainda tem muitos órgãos, entidades, que torcem o nariz para o índio”,** desabafou.

A necessidade de adequação à cultura dos brancos foi outro ponto comum nos depoimentos. **“Nasci e me criei na aldeia e tínhamos medo do branco. A necessidade fez com que eu aprendesse a conviver com os brancos. Precisávamos comer, precisávamos de médico”.**

O evento também contou com a participação de Claudemir Vaz, terapeuta ocupacional caingangue, que apresentou sua trajetória no controle social e sua contribuição para diversas aldeias.

O objetivo da reunião foi escutar e debater junto aos indígenas e seus apoiadores este cenário de construção de um presente para os povos indígenas, em que autonomia, cidadania e afirmação cultural andam juntas.



A relação entre os Povos Indígenas e a Psicologia é recente, pois nossas bases conceituais não foram construídas a partir das cosmologias dos povos nativos da América Latina. De uns anos para cá a Psicologia começa a redirecionar a escuta para os modos singulares de estar no mundo das culturas nativas e, a partir das demandas das próprias comunidades indígenas, a construir relações possíveis que ampliem as possibilidades de vida de ambos. Seja na educação, na saúde ou assistência social, a psicologia pode muito auxiliar as comunidades indígenas a lidarem com os novos desafios que o contato mais intenso com a sociedade envolvente provoca, sobretudo na construção de políticas públicas resolutivas e transculturais. Por outro lado, abre-se para a Psicologia um mundo novo de possibilidades de transformação de suas durezas, com discussões ontológicas e epistemológicas profundas, onde a ética é questão primeira. Evidentemente que estes movimentos só serão possíveis se os profissionais psi estiverem dispostos a não repetir ou transpor práticas de um contexto ao outro, mas sim, se estiverem dispostos a criar e se transformar conjuntamente com as comunidades

indígenas um psicologia para este acontecimento.

Desde 2004 o Conselho Federal de Psicologia vem pensando de maneira mais continua a relação da Psicologia com os Povos Indígenas. O Conselho de Regional de Psicologia de São Paulo possui forte acúmulo na área, com a Grupo de Trabalho Psicologia e Povos Indígenas e um grupo virtual psicologia-indigenas@yahoogrupos.com.br, que reúne profissionais, estudantes e indígenas para troca de informações e debates. O CRP do Rio Grande do Sul, desde 2008 vem se trabalhando o tema em suas Comissões de Direitos Humanos e de Políticas Públicas, onde em 2009 realizou a primeira Reunião Temática sobre Psicologia a Povos Indígenas. Em 2010 apoiou o Encontro de Kujás (Xamãs) Kaingáng em Porto Alegre, além de em diversos espaços de debate, como seminário e congressos, estar colocando na agenda da Psicologia a discussão sobre o tema. “Com esta segunda Reunião Temática, fruto de um amadurecimento do debate e da construção mais intensa com os povos indígenas, desejamos dar continuidade a problematização e divulgação da temática”, afirma Bianca Stock.

avaliação

Psicólogos do Rio Grande do Sul preparam-se para evento nacional do Ano Temático da Avaliação Psicológica

A Comissão de Avaliação Psicológica do CRPRS promoverá em 18 de janeiro de 2012, das 09h às 18h, no Auditório do CRPRS, o “Encontro de preparação para o evento Nacional do Ano Temático da Avaliação Psicológica”, marcado para março de 2012. Todos os psicólogos estão convidados.

Para a Conselheira Vivian Roxo Borges, presidente da Comissão de Avaliação Psicológica do CRPRS, o evento será fundamental para a reflexão de importantes aspectos relacionados ao tema. A proposta é organizar os participantes em Grupos de Trabalho que discutiram os seguintes temas: avaliação psicológica na atualidade, ética e avaliação

psicológica, instrumentos de avaliação psicológica (testes psicológicos), documentos decorrentes do processo de avaliação psicológica, avaliação psicológica e direitos humanos, dentre outros temas.

PROGRAMA-SE

O QUÊ: “Encontro de preparação para o evento Nacional do Ano Temático Avaliação Psicológica”

QUANDO: 18/01/2012

HORÁRIO: das 9h às 18h

LOCAL: CRPRS - Av. Protásio Alves, 2854/301 em Porto Alegre/RS

INFORMAÇÕES: www.crprs.org.br

Subsede Serra – Caxias do Sul

Neste semestre, a Subsede de Caxias do Sul promoveu diversas atividades, reunindo psicólogos da região. Em agosto, teve início o Grupo de Trabalho Novos Psicólogos da Subsede Serra, que vem promovendo mensalmente encontros com o objetivo de reunir sugestões dos profissionais para a discussão de temas que mobilizem os psicólogos da região.

Em novembro, o II Seminário Líderes Saudáveis - Organizações Saudáveis promoveu a reflexão sobre a saúde mental dos líderes no mundo contemporâneo, onde as exigências de resultados e a pressão do tempo são fatores adoecedores. Uma liderança saudável pode propiciar as bases de apoio e participação social que impulsionam a solução dos problemas cotidianos e resultam em maior longevidade da organização. Os líderes saudáveis fomentam a saúde e o bem-estar organizacional para si mesmos e para os outros por meio da aprendizagem de como lidar com as mudanças velozes sem esquecer dos valores e princípios éticos que devem nortear todas as suas ações.

Outro destaque da programação de atividades da Subsede Serra foi o I Seminário Regional dos Psicólogos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O evento reuniu mais de 60 profissionais, dentre eles psicólogos vinculados a rede socioassistencial do SUAS nas cidades de Antônio Prado, Bento Gonçalves, Canela, Caxias do Sul, Cruzeiro do Sul, Farroupilha, Guaporé, Progresso, Teutônia, Veranópolis e Porto Alegre. O objetivo foi promover a troca de experiências, reflexão e aprimoramento das práticas profissionais desenvolvidas no processo de implantação do SUAS, considerando ações específicas bem como processo de constituição e fortalecimento do trabalho em equipe interdisciplinar.

A Subsede Serra – Caxias do Sul está localizada na Rua Moreira César, 2712/33, em Caxias do Sul. Informações pelo (54) 3223.7848.

Subsede Sul – Pelotas

A Subsede Sul realizou em agosto a reunião temática sobre Psicologia e Diversidade Sexual. O evento da CDH do CRPRS, coordenado pela colaboradora Isane D'Ávila, contou com a presença de Leonardo Vieira, mestrando em Educação da Universidade Federal de Pelotas, que trabalha com pesquisas sobre a diversidade sexual, e de Maiquel Fouchy, coordenador e fundador da OSCIP Gesto, de Pelotas. No mesmo mês os Psicólogos da região tiveram a oportunidade de comemorarem seu dia em uma confraternização onde as Conselheiras Melissa Classen e Deise Ortiz fizeram uma retrospectiva do primeiro ano da Gestão Composição. Já em outubro foi a vez dos Psicólogos do Trânsito terem um evento destinado a eles. Este foi teve a participação da Conselheira Presidente da Comissão de Trânsito

e Mobilidade Humana Sinara Cristiane Tres, além do palestrante Carlos Jorge Ribeiro, Coordenador de Desenvolvimento Profissional do SEST/SENAT.

A Subsede Sul também se fez presente nas Universidades de Rio Grande, Bagé e Pelotas, conversando com alunos da Furg, Anhangueira, URCAMP e UFPel, esta, em sua Primeira Semana Acadêmica do curso de Psicologia.

As reuniões acontecem, quinzenalmente, nas quintas-feiras, às 19 horas e são abertas a todos psicólogos interessados em colaborar com a categoria.

A Subsede Sul – Pelotas está localizada na R. Félix da Cunha, 772 - sala 304. Informações pelo (53) 3227.4197.

Subsede Centro-Oeste – Santa Maria

Ano Novo, Casa Nova

O Grupo de Trabalho dos Psicólogos da Região Centro-oeste (GT Centro-Oeste) estruturou-se como espaço aberto à participação de profissionais psicólogos e acadêmicos em Psicologia e tem como objetivo favorecer a articulação e a organização dos profissionais da Psicologia da região centro-oeste do Rio Grande do Sul, trabalhando nas perspectivas da descentralização e regionalização das ações políticas e discussões técnicas do CRPRS. Os encontros do GT Centro-oeste acontecem nas 1^{as} quartas-feiras e 2^{as} terças-feiras de cada mês no Hotel Morotin (Rua Ângelo Uglione, 1629, Centro).

No decorrer deste ano de 2011, ações importantes foram desenvolvidas pelo GT Centro-Oeste. Dentre as atividades destaca-se as comemorações alusivas ao 18 de maio – Dia da luta antimanicomial – que foi marcado por atividades promovidas em conjunto com a Comissão de Saúde Mental de Santa Maria. Uma das atividades realizadas foi a mesa redonda “Conversando sobre Saúde Mental”. O encontro contou com a palestra da cientista social Flávia Costa da Silva e do psicanalista Volnei Antonio Dassoler, do CAPS ad Caminhos do Sol – Santa Maria, especialista em saúde mental e mestre em Psicologia e reuniu 75 pessoas entre psicólogos e estudantes.

Outro destaque foi a discussão sobre o “Sistema Prisional” realizada no dia 14 de outubro, com a participação dos profissionais de Santa Maria (RS) e região, onde foram discutidos temas relacionados ao cotidiano dos profissionais da área, assim como foram prestados esclarecimentos sobre a aplicação da Resolução do CFP nº 012/2011 no dia a dia de trabalho. Participaram da reunião os conselheiros do Grupo de Trabalho do Sistema Prisional do CRPRS Maria de Fátima Bueno Fischer, Pedro José Pacheco e a colaboradora do Grupo de Trabalho do Sistema Prisional Elza Bandeira Menezes, contabilizando 49 pessoas.

Além disso, ocorreu a discussão sobre o Ano da “Avaliação Psicológica”. A reunião faz parte de uma série de eventos promovidos pelo Sistema Conselhos, que elegeu 2011

como o Ano Temático da Avaliação Psicológica e teve como objetivo proporcionar a troca de experiências e reflexões sobre o trabalho dos profissionais da área. Esta reunião contou com a presença da psicóloga Caroline L. Cantarelli Rohde, psicóloga – Organizacional e do Trabalho/Especialista em Avaliação Psicológica e de 11 participantes. Este encontro realizado em Santa Maria pretendeu dar início às discussões no debate que se seguirá no Encontro Regional que ocorrerá em Porto Alegre no início do próximo ano.

Atualmente, o grupo de colaboradores do GT Centro-Oeste está assim constituído: Vânia Fortes de Oliveira e Roberta Fin Motta (Conselheiras do CRP/RS e Coordenadoras do GT Centro-Oeste); Adriane Rubio Roso, André Reppetto, Bruna Osório, Leandra Camila Carvalho Flores, Félix Miguel Nascimento Guazina, Graziela Negrini, Gabriela Itaquy, Ramiro Bürguer Schönardie, Mauren Minato e Moises Romanini (Psicólogos – Colaboradores). Os eventos promovidos pelo GT Centro-Oeste em parceria com o CRP/RS, contam com uma média de presença de aproximadamente 300 pessoas, entre psicólogos, estudantes de Psicologia, e também profissionais e estudantes de outras áreas, o que evidencia a mobilização da comunidade santa-mariense.

Todas estas ações têm como foco a mobilização e acolhida das questões pertinentes à Psicologia na região centro-oeste e que vêm se constituindo através de um trabalho responsável e articulado, capitaneado ao longo de alguns anos, por um grupo de psicólogos – conselheiros e colaboradores – que tem levado adiante uma reflexão crítica sobre o papel da Psicologia.

Assim, no ano de 2012, o projeto de implantação da Subsede Santa Maria se tornará realidade. Recentemente aprovado pela atual gestão do CRPRS, a Subsede Santa Maria, vem ao encontro de uma trajetória da categoria na região e ao mesmo tempo da Gestão Composição, no seu intuito de ampliar o acesso e a mobilização dos psicólogos, estudantes de psicologia e empresas com atuação em psicologia (PJ), fortalecer os laços e se fazer mais próximo da realidade dos profissionais.

CRPRS oferece serviço de orientação aos psicólogos

Considerando a crescente inserção da Psicologia em diferentes áreas profissionais e com demandas cada vez mais específicas, o Conselho Regional de Psicologia lembra a todos profissionais que oferece o Serviço de Orientação e Fiscalização, responsável por responder dúvidas sobre questões éticas e legais da profissão que surgem no dia-a-dia do psicólogo.

Conhecer a legislação é um dever do profissional, mas a experiência tem demonstrado que a maioria das denúncias, equívocos e faltas éticas cometidas pelos profissionais decorrem do desconhecimento dos mesmos com relação à legislação vigente, ou ainda, pela inabilidade de lidar com questões complexas que surgem durante os atendimentos ou a prestação de serviço. “Muitas vezes, apenas a leitura do Código de Ética ou da legislação vigente não são suficientes para definir a conduta a ser seguida pelo profissional no seu cotidiano de trabalho. Portanto, cabe à Área Técnica do CRPRS nortear a atuação dos psicólogos quando se deparam com dúvidas ou dilemas éticos no exercício profissional”, explica o Coordenador Técnico do CRPRS, Lucio Garcia. O Sistema Conselhos de Psicologia (Conselho Federal e Regionais) é a referência do ponto de vista legal e ético da profissão.

Portanto, psicólogo, não hesite em procurar orientação do Conselho Regional de Psicologia sempre que se deparar com questionamentos, como:

- Em que casos sou obrigado a quebrar o sigilo?
- Devo enviar documentos psicológicos mediante solicitação judicial? E diante de solicitação do Ministério Público, Conselho Tutelar ou Delegacia de Polícia?

- Posso emitir documento psicológico quando demandado por paciente em atendimento psicoterápico?
- Quais informações compartilhar quando do trabalho em equipe multidisciplinar?
- Sou obrigado a registrar os atendimentos psicológicos realizados?
- Tenho habilitação para emitir atestado psicológico para fins de afastamento do trabalho?

Conheça a Área Técnica do CRPRS

A Área Técnica do CRPRS é composta por três psicólogas fiscais, um coordenador técnico e uma assistente administrativa, por meio de processo seletivo público.

Além de atender aos psicólogos e à comunidade, a Área Técnica também fiscaliza o exercício profissional in loco, seja através de visitas de rotina ou fiscalizações realizadas por denúncias feitas ao Conselho.

Psicólogo: fique atento!

Dúvidas sobre a elaboração de documentos, avaliação psicológica, quebra de sigilo, perícias judiciais, divulgação de serviços, entre em contato com os psicólogos do CRP.

Agende horário de atendimento pelo fone (51) 3334.6799 ou pelo email orientec@crprs.org.br.

Horário de Atendimento

De 2ª a 5ª feira das 9h às 17h
6ª feira das 9h às 12h

CRPRS reivindica isonomia na saúde

A presidente do Conselho Regional de Psicologia do RS, Vera Lúcia Pasini, juntamente com representantes do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, do Conselho Regional de Nutricionistas e do Conselho Regional de Serviço Social estiveram reunidos em 25 de outubro com a vereadora Sofia Cavedon (PT), atual presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre.

Os representantes de conselhos de profissões da Saúde reivindicam apoio da vereadora à implantação do Plano de Carreira para todos os trabalhadores da área, no município de Porto Alegre, visando o estabelecimento da isonomia entre as profissões. Foi ressaltada a importância da participação de todas as profissões no atendimento à saúde da população, de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os representantes dos Conselhos Profissionais ratificam um manifesto do Conselho

Municipal de Saúde (CMS), o qual afirma que somente as demandas dos médicos foram atendidas com a aprovação da Lei Complementar N° 677, de 19 de julho de 2011, que altera o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, instituindo carga horária, remuneração e gratificações de forma diferenciada dos demais trabalhadores.

Conforme o documento, a criação de um Plano de Cargos e Salários (PCCS) que contemple as especificidades do trabalho em saúde é determinação legal, definida na Lei Orgânica do SUS (Lei 8080/90), reiterada historicamente nas conferências de saúde, prometida enquanto compromisso de diversos governos, porém, ainda não concretizada.

A vereadora Sofia Cavedon propôs que seja realizada na Casa Legislativa uma audiência pública para debater o tema da isonomia na Saúde, com data a ser definida.

Fique em Dia com o CRPRS

ANUIDADE/2012 SEM REAJUSTE

A Diretoria do CRPRS informa que não haverá reajuste da anuidade de 2012. Até o final de dezembro, todos os psicólogos cadastrados no CRPRS receberão boleto para pagamento no valor de R\$ 373,87 até 31/03 ou em três parcelas com vencimentos em 31/01, 29/02 e 31/03.

ANTECIPE O PAGAMENTO E GANHE DESCONTO:

- Pagamento do valor integral até 31/01: desconto de 10% sobre o valor de R\$ 373,87
- Pagamento do valor integral até 29/02: desconto de 5% sobre o valor de R\$ 373,87

MANTENHA CADASTRO ATUALIZADO

É muito importante que seu cadastro este-

ja atualizado junto ao CRPRS, principalmente o seu endereço completo e telefones de contato. Com isso, você se manterá informado das ações do Conselho e das diferentes atividades desenvolvidas pela instituição. Para atualizar seus dados, contate o setor de Cadastro pelo telefone (51) 3334.6799 ou pelo e-mail cadastro@crprs.org.br.

REGULARIZE PENDÊNCIAS

Para verificar ou regularizar a situação de suas anuidades, contate o setor de Cobrança pelo telefone (51) 3334.6799 ou pelo e-mail fiqueemdia@crprs.org.br.

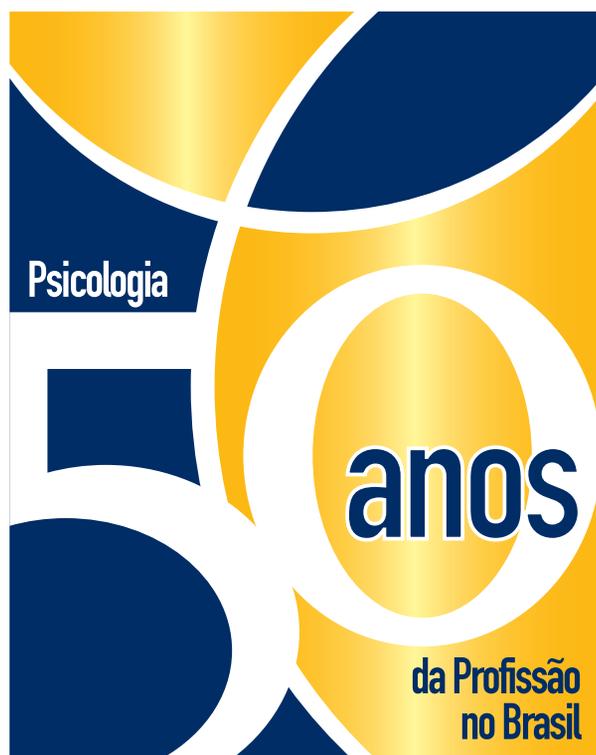
Manter sua anuidade regularizada é mais do que uma obrigação legal, pois significa a garantia de que o CRPRS se mantenha forte e atuante na defesa da profissão.

50 anos de profissão

Em 2012 a Psicologia comemora os 50 anos da regulamentação da profissão no Brasil. A história da Psicologia está relacionada diretamente com a história política mundial e nacional.

Para comemorar essa data, o Conselho Regional de Psicologia resgata em sua Agenda e Calendário 2012 essa história através de depoimentos. Foram definidos alguns marcadores que dialogam tanto com a história da Psicologia quanto com os processos históricos, com o auxílio da professora Doutora Helena Scarparo, que dialogam tanto com a história da Psicologia quanto com os processos históricos que contextualizam a profissão no cenário político, mostrando a construção da Psicologia num viés crítico que mostre as diferentes lutas que temos travado ao longo da história da profissão.

Prepara-se. Em 2012 diversas atividades comemorativas aos 50 anos da profissão serão promovidas pelo CRPRS.



Exposição Itinerante

Durante o primeiro semestre de 2012, circulará pelos estados do Brasil uma exposição construída pelo Conselho Federal de Psicologia e por pesquisadores da área da história da Psicologia, contando a história dos 50 anos de regulamentação da profissão, tanto no contexto nacional quanto regional.

Fique atento, receberemos a Exposição nos primeiros meses do ano. Em breve você receberá detalhes da Exposição.

2ª mostra

Em comemoração aos 50 anos, o CFP promoverá a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, um grande espaço de intercâmbio sobre as práticas que estão sendo construídas e validadas todos os dias pelas psicólogas e psicólogos de todo o Brasil.

A 2ª Mostra vai acontecer de 20 a 22 de setembro de 2012, em São Paulo/SP. Desta vez a programação irá além da apresentação de práticas profissionais. Haverá espaço para que psicólogas e psicólogos debatam seu trabalho e possam criar arti-



culações para seguir fortalecendo as diferentes áreas em que atuam.

Além disso, a 2ª Mostra contará com uma exposição para contar a história da Psicologia para comemorar os 50 anos de Regulamentação da Profissão.

Informações: <http://mostra.cfp.org.br>

O final de ano é um momento de síntese e de recomeço: ciclos se encerram e se iniciam, celebramos e refletimos sobre o que realizamos e, a partir disso, traçamos planos. Nutrimos esperanças novas e lançamos um olhar renovado às antigas, repensando objetivos e realimentando propósitos. Em cada pessoa estão as razões para seguir em frente e a força para suas buscas, assim como a sensibilidade para fazer as escolhas que levarão a que se trilhem os caminhos rumo àquilo em que se acredita.

Em 2012 são celebrados os 50 anos da regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil. Trata-se de uma trajetória repleta de lutas e de conquistas da Psicologia como ciência e profissão, que seguem e se ampliam, tendo por base a defesa da vida. Sendo parte indissociável dessa história, o Conselho Regional de Psicologia trabalha diariamente, por meio de sua função primordial de orientação e fiscalização, por uma atuação fundamentada na ética e no compromisso com a defesa dos direitos humanos.

Buscando estabelecer e qualificar o diálogo com a categoria e com os diferentes segmentos da sociedade, o CRPRS reafirma seu compromisso e sua disponibilidade para contribuir na construção de uma sociedade mais justa, desejando a todos um Feliz Natal e um 2012 de muitas realizações e conquistas.

Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Cursos

Especialização em Terapia Cognitivo Comportamental – Formação em Terapia do Esquema Aperfeiçoamento em Terapia Cognitivo-Comportamental – WP

Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3332.3249
<http://www.wpcentrodepsicoterapia.com.br>

Curso de Formação em Psicoterapia Psicanalítica

Inscrições abertas
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3331.3781
contato@gaepsi.com.br
<http://www.gaepsi.com.br>

III Turma de Curso Intensivo de Avaliação Clínica - diag- nóstico e instrumentos de avaliação

Seleção de novembro a dezembro de 2011 - início em março de 2012
Porto Alegre/RS
Informações:
Fone: (51) 3333.2123
E-mail: neapc@nucleodeterapiascognitivas.com.br
Site: <http://www.nucleodeterapiascognitivas.com.br>

II Turma do Curso de Formação em Terapias Cognitivas no Tratamento da Dependência Química

Seleção de novembro a dezembro de 2011 - início em março de 2012
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3333.2123
neapc@nucleodeterapiascognitivas.com.br
Site: <http://www.nucleodeterapiascognitivas.com.br>

II Turma do Curso de Formação em Terapias Cognitivas na Infância e Adolescência

Seleção de novembro a dezembro de 2011 - início em março de 2012
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3333.2123
neapc@nucleodeterapiascognitivas.com.br
Site: <http://www.nucleodeterapiascognitivas.com.br>

VII Turma do Curso de Especialização em Terapias Cognitivas

Seleção de novembro a dezembro de 2011 - início em março de 2012
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3333.2123
neapc@nucleodeterapiascognitivas.com.br
Site: <http://www.nucleodeterapiascognitivas.com.br>

Curso de Especialização em Psicologia Hospitalar – UFRGS

Seleção em novembro e dezembro de 2011 - início em março de 2012
Porto Alegre/RS
Informações: L-piccap-psicologiahospitalar@hcpa.ufrgs.br
<http://www.hcpa.ufrgs.br>

Curso de Especialização em Psicoterapia da Infância e Adolescência – Ceapia

Início em dezembro de 2011
Porto Alegre/RS
Informações: ceapia@ceapia.com.br
<http://www.ceapia.com.br>

Cursos de Especialização Lato Sensu – FCMSC/SP

Inscrições de 9 de janeiro a 10 de fevereiro de 2012
São Paulo/SP
Informações: (11) 3367-7888
www.fcmscsp.edu.br

Curso de Especialização em Neuropsicologia – FCMSC/SP

Inscrições de 9 de janeiro a 10 de fevereiro de 2012
São Paulo/SP
Informações: (11) 3367.7888
<http://www.fcmscsp.edu.br>

Curso de Especialização em Psicologia na Rede Básica de Atenção à Saúde – FCMSC/SP

Inscrições de 9 de janeiro a 10 de fevereiro de 2012
São Paulo/SP
Informações: (11) 3367.7888
<http://www.fcmscsp.edu.br>

Curso de Especialização em Psicoterapia Familiar Sistê- mica em Saúde – FCMSC/SP

Inscrições de 9 de janeiro a 10 de fevereiro de 2012
São Paulo/SP
Informações: (11) 3367.7888
<http://www.fcmscsp.edu.br>

Curso de Formação em Terapia do Esquema

Início em março de 2012
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3332.3877
fin.poa@wainerepiccoloto.com.br

Curso de Especialização em Psicoterapia

Início em março de 2012
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3338.5041
cyromartins@cpovo.net
<http://www.cyromartins.com.br>

Curso de Formação em Psicoterapia Psicanalítica de Crianças

Início em março de 2012
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3338.5041
cyromartins@cpovo.net
<http://www.cyromartins.com.br>

Curso de Aperfeiçoamento em Psicopedagogia

Início em março de 2012
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3338.5041
cyromartins@cpovo.net
<http://www.cyromartins.com.br>

Curso de Especialização em Psicologia Escolar do CAPE (Centro de Aperfeiçoamento em Psicologia Escolar)

Início em março de 2012
Porto Alegre/RS
Informações: capepsi@terra.com.br
www.capepsi.com.br

Curso de Formação de Psicanalistas do Círculo Psicana- lítico do RS – CPRS

Início em março de 2012
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3221.3292
circulopsicanaliticors@gmail.com

Pós-Graduação Lato Sensu em Psicologia Hospitalar – Hospital Moinhos de Vento

Início das aulas em março de 2012
Porto Alegre/RS
Informações: pos.iep@hmv.org.br ou (51) 3314 3690.
www.hospitalmoinhos.org.br/pos

Curso de Especialização em Psicoterapia Psicanalítica de Crianças e Adolescentes - UNISINOS

Inscrições abertas - início em abril de 2012
São Leopoldo/RS
Informações: (51) 3590.8314
<http://www.unisinos.br/educacaocontinuada>

Curso de Especialização: Psicoterapia, orientação e mediação familiar

5 de agosto a 30 de junho de 2013
São Paulo/SP
Informações: (11) 2114.8175 / (11) 2114.8451
tania.aldrighi@mackenzie.br

Curso de Formação em Psicologia e Psicoterapia Fenomenológico-Existenciais: Gestalt e Abordagem Rogeriana

1 de setembro a 30 de agosto de 2013
João Pessoa/PB
Informações: (83) 8731.5431 / (83) 9382.7113
eksistencia.joaopessoa@gmail.com

Congressos, Jornadas, Simpósios

XVII Encontro de Terapia Familiar - Terapia Cognitivo Comportamental com Casais e Famílias

18 e 19 de maio de 2012
Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3333.2428
cefi@ageventos.com.br
<http://www.cefipoa.com.br>